

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

JÚLIA AMIN GONÇALVES

**AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO E O CAPITAL SOCIAL: UMA
INVESTIGAÇÃO EM DOIS LOCAIS DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte
2016/1º semestre

JÚLIA AMIN GONÇALVES

**AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO E O CAPITAL SOCIAL: UMA
INVESTIGAÇÃO EM DOIS LOCAIS DE BELO HORIZONTE**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública.

Área de concentração: Gestão de Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. José Ângelo Machado

Belo Horizonte
2016/1º semestre

JÚLIA AMIN GONÇALVES

**AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO E O CAPITAL SOCIAL: UMA
INVESTIGAÇÃO EM DOIS LOCAIS DE BELO HORIZONTE**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública.

José Ângelo Machado (Orientador) – UFMG/DCP

Eleonora Schettini Martins Cunha – UFMG/DCP

Belo Horizonte, 01 de Julho de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha família por todo o suporte, apoio, amor e compreensão recebidos ao longo de toda a minha vida. O incentivo recebido de vocês foi primordial durante toda a minha graduação. Muitas vezes nos encontramos pouco durante esse período devido às jornadas de trabalho e estudo em horários diferentes, mas mesmo assim o carinho e a atenção de vocês não deixou de estar presente.

Agradeço ao Thiago, meu amor, por todo o incentivo, apoio e suporte dado para que eu superasse os desafios e conquistasse mais essa etapa. Desde antes do vestibular recebi seu apoio e compreensão, ele esteve sempre presente, me incentivando e vibrando com cada conquista, grande ou pequena. Tenho certeza que nossa estrada será longa e cheia de conquista para ambos.

À Ana Luiza, Bárbara e Maria Alice, minhas companheiras de curso e amigas, com quem dividi responsabilidades de trabalhos em grupo, discuti sobre os conteúdos estudados, e compartilhei a ansiedade antes das provas e apresentações. Dividimos acontecimentos corriqueiros e compartilhamos planos, pensamentos e anseios, mas também comemoramos as conquistas umas das outras, os finais de semestre e os resultados obtidos. Meninas, vocês tornaram a experiência da graduação muito mais agradável e única!

Por fim, agradeço pelos professores que transmitiram os conhecimentos necessários à profissão. Alguns deles marcaram minha trajetória acadêmica, sendo muito mais que professores, já que com maestria transmitiram conteúdos, experiências profissionais e a importância de não sermos somente técnicos, mas de usarmos nosso lado humano para olhar os problemas da sociedade de forma diferente e assim buscarmos soluções efetivas para os desafios encontrados. Muito obrigada, Eleonora e José Ângelo, por estarem presentes em mais uma etapa da minha graduação, é uma honra tê-los presente na última etapa do curso. Ao Jeronimo agradeço pela oportunidade e confiança recebida, para que eu desenvolvesse minhas competências profissionais e acadêmicas enquanto estive no MQ. Ao Eduardo agradeço pelo convite para fazer parte da pesquisa sobre os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas, o que contribuiu para minha iniciação na pesquisa acadêmica.

*“Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!”*
Mario Quintana

RESUMO

Nos últimos anos a área da saúde obteve grandes conquistas, além de ter produzido inovações dos mais diversos tipos, adotadas posteriormente por diferentes áreas de políticas públicas. Uma das inovações é o conceito de saúde adotado pela área, que entende saúde para além do processo de adoecimento e saúde, sendo um conjunto de fatores e condicionantes para bem-estar do indivíduo e da comunidade na qual está inserido. Sendo assim, a Secretaria Municipal Adjunta de Esporte e Lazer lançou o Projeto Academias a Céu Aberto, que provem além de equipamentos para a prática de exercícios físicos, um espaço que possibilita a interação dos indivíduos e sua sociabilidade com a comunidade. O equipamento urbano, contem, portanto um potencial para socialização da comunidade, possibilitando o surgimento de redes de confiança entre os membros, podendo levar ao engajamento cívico e à participação política dos usuários. Buscamos investigar se esse potencial se confirma, estando as Academias a Céu Aberto investigadas ligadas ao engajamento dos usuários nas causas da comunidade.

Palavras-chave: Saúde; Capital Social; Participação Política.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.Academia a Céu Aberto.	22
Tabela 2.Academias a Céu Aberto Seleccionadas.	36
Tabela 3.Questionários Aplicados.....	37
Tabela 4.Frequência de prática de exercícios na semana por sexo.....	40
Tabela 5.Tempo de prática de exercícios em anos por sexo.....	41
Tabela 6.Participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas após tornar-se usuário, por sexo.....	50
Tabela 7.Participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas antes de tornar-se usuário, por sexo.....	51
Tabela 8.Participação nos Conselhos Locais de Saúde após tornar-se usuário, por sexo.....	51
Tabela 9.Participação nos Conselhos Locais de Saúde antes de tornar-se usuário, por sexo.....	51
Tabela 10.Participação no Conselho Municipal de Saúde após tornar-se usuário, por sexo.....	52
Tabela 11.Participação no Conselho Municipal de Saúde antes de tornar-se usuário, por sexo.....	52

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1. A distribuição das Academias a Céu Aberto nas Regiões de Belo Horizonte.....	36
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária dos usuários por sexo.....	38
Gráfico 2: Renda Individual dos usuários por sexo.....	38
Gráfico 3: Escolaridade dos usuários por sexo.....	39
Gráfico 4: Fator de Escolha de determinada Academia a Céu Aberto por sexo.....	40
Gráfico 5: Frequência à Unidade Básica de Saúde em vezes ao ano, por sexo.....	41
Gráfico 6: Preocupação com a comunidade após ser usuário da Academia a Céu Aberto, por sexo.....	42
Gráfico 7: Alteração da preocupação com a comunidade, antes e após ser usuário da Academia a Céu Aberto, por sexo.....	43
Gráfico 8: Engajamento em associações voluntárias após tornar-se usuário do projeto, por sexo.....	44
Gráficos 9 e 10: Tipos de associações voluntárias que participa após tornar-se usuário do projeto, por sexo.....	44
Gráfico 11: Frequência com que participa das associações voluntárias após tornar-se usuário do projeto, por sexo.....	45
Gráfico 12: Engajamento em associações voluntárias antes de tornar-se usuário do projeto, por sexo.....	46
Gráficos 13 e 14: Tipos de associações voluntárias que participa antes de tornar-se usuário do projeto, por sexo.....	47
Gráficos 14: Frequência com que participa das associações voluntárias antes de tornar-se usuário do projeto, por sexo.....	48
Gráficos 15: Alteração na busca de informações sobre a comunidade após tornar-se usuário do projeto, por sexo.....	49
Gráficos 16: Meios de comunicação e informação utilizados para se informar sobre a comunidade, por sexo.....	50

LISTA DE SIGLAS

SEMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SUS	Sistema Único de Saúde
PNaPS	Política Nacional de Promoção da Saúde do SUS
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CMS	Conselho Municipal de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
SMAL	Secretaria Municipal Adjunta de Lazer

SUMÁRIO

RESUMO	VI
LISTA DE TABELAS.....	VII
LISTA DE FIGURAS	VII
LISTA DE GRÁFICOS	VIII
LISTA DE SIGLAS.....	IX
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO	14
<i>1.1 – LEGISLAÇÃO FEDERAL DA SAÚDE</i>	<i>14</i>
<i>1.2. – A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS</i>	<i>17</i>
<i>1.3. – AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO</i>	<i>20</i>
<i>1.4. – CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO</i>	<i>24</i>
CAPÍTULO II - O CAPITAL SOCIAL	26
<i>2.1. – A ESFERA PÚBLICA, O ESPAÇO PÚBLICO E O DISCURSO</i>	<i>26</i>
<i>2.2. – A PARTICIPAÇÃO, A DIMENSÃO COGNITIVA E O CAPITAL SOCIAL.....</i>	<i>28</i>
<i>2.3. – AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO E O ENGAJAMENTO CÍVICO.....</i>	<i>32</i>
CAPÍTULO III - METODOLOGIA, DADOS OBTIDOS E CONCLUSÃO.....	35
<i>3.1. – NOSSA PERGUNTA DE PESQUISA E HIPÓTESES NORTEADORAS</i>	<i>35</i>
<i>3.2. – CRITÉRIOS METODOLÓGICOS.....</i>	<i>35</i>
<i>3.3. – DADOS OBTIDOS.....</i>	<i>37</i>
<i>3.4. – CONCLUSÃO</i>	<i>52</i>
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde aprovou em 2006 a Política Nacional de Promoção a Saúde, na qual o Programa Academia da Saúde (2011) do Sistema Único de Saúde está inserido, objetivando a promoção da saúde por meio da prática de exercícios físicos de toda a população – principalmente da terceira idade. A política visa:

“Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e a serviços essenciais” (BRASIL, 2006, p. 17).

Em Minas Gerais a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude realiza convênios com os municípios do estado para implantação das academias. Não obstante, os municípios também recebem recursos de emendas parlamentares ao Orçamento Público do Estado de Minas Gerais para a construção das academias, e há aqueles que financiam suas próprias academias.

O projeto Academias a Céu Aberto teve início em 2009, quando a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e Lazer (SEMEL), começou a implantar os aparelhos em todas as regionais da capital mineira. Hoje, por toda a cidade, vemos as academias instaladas em locais que antes eram destinados apenas ao trânsito de pessoas, que não serviam a atividades de interesse comum e que não permitiam a ocupação, convivência e sociabilidade no espaço. O projeto desenvolvido em Belo Horizonte foi um daqueles que inspirou a criação do Programa Academia da Saúde, propagando a promoção da saúde para o âmbito nacional.

Grandes cidades, como é o caso de Belo Horizonte, convivem com desafios constantes de planejamento urbano, dado que a população é crescente e o espaço disponível para que a cidade cresça é pequeno. As pessoas costumam percorrer longas distâncias diariamente e, muitas vezes, tem pouco tempo disponível para se alimentar de forma saudável e para manter um ritmo de atividades físicas que proporcione relaxamento, qualidade de vida e prevenção de doenças, quiçá participar politicamente, por meio das reuniões de associações, de audiências e consultas públicas, sem mencionar os conselhos e conferências.

As cidades abrigam a maior parte da população mundial, sendo necessário pensar políticas capazes de organizar a vida no ambiente urbano, buscando promover a qualidade de

vida para os habitantes, bem como propiciar espaços de convivência e sociabilidade, que permitam o desenvolvimento pessoal, social, cívico e político.

Nesse sentido, as Academias a Céu Aberto, além de propiciarem a realização de exercícios físicos de forma gratuita e acessível a todos os cidadãos, modificaram o espaço público em que estão instaladas. Por estarem presentes em várias praças há muitas opções de locais para a prática das atividades, permitindo que as pessoas realizem seus exercícios nos locais e horários convenientes. Não obstante, são facilitadoras da socialização e interação interpessoal, o que pode levar às discussões sobre o interesse comum, necessidades e oportunidades da ação pública. Entretanto ainda conhecemos pouco sobre a incorporação destas atitudes ao cotidiano das populações beneficiadas pela presença de equipamentos.

Portanto, nossa pergunta de pesquisa é: **as Academias a Céu Aberto propiciam o desenvolvimento do capital social de seus usuários?** Questão que está inserida no campo da gestão pública de políticas urbanas e da democracia participativa.

Por um lado é possível que a disponibilidade dos equipamentos seja suficiente para ativar o potencial de formação de capital social dos usuários das academias, uma vez que muitas vezes as pessoas não estão familiarizadas ou não dispõem de tempo ou informação suficientes sobre os espaços formais de participação política que ocorrem na cidade, mas estão mais familiarizadas com os líderes comunitários e as associações de moradores e de bairro. Sendo assim, ao se socializarem com outros usuários da Academia a Céu Aberto podem desenvolver um maior senso de comunidade e de pertencimento, culminando na discussão do que se julga interesse comum, levantando demandas da região que podem ser levadas para as associações e líderes comunitários, que por sua vez, cobrarão do poder público respostas para tais demandas. Não obstante, o contato de usuários que tem vivência nos espaços de participação com outros usuários que não tem pode motivar os últimos a se inteirarem e participarem politicamente.

Também pode-se pensar que os contatos se deem entre usuários não inseridos em associações ou redes estruturadas para a participação política, mas que mesmo assim possam gerar redes de sociabilidade voltadas para atividades lúdicas, culturais ou de ajuda mútua. Também nestes casos o desenvolvimento do capital social poderia ser catalisado pela convivência nestes espaços. De outro lado, também seria possível que, a despeito da presença dos equipamentos, o potencial de formação do capital social não se desenvolvesse, dada – por

exemplo – a indisponibilidade dos potenciais usuários ou usuários para o estabelecimento de laços mais duradouros por razões diversas como a falta de tempo gerada por atividades produtivas ou ligadas à sobrevivência imediata ou, quem sabe, pelos elevados níveis de criminalidade no em torno dos equipamentos.

O estudo é essencial para a gestão pública ao propor a investigação do potencial de socialização e desenvolvimento do capital social nos usuários das Academias a Céu Aberto, um espaço público orientado para a prática de atividade física e promoção da saúde. Assim, nos propomos a investigar se tal potencial se confirma nesses espaços, contribuindo para estudos futuros que busquem identificar novas facetas da esfera pública e da sociedade civil, bem como identificar o desenvolvimento do capital social nos cidadãos e sua interação na sociedade.

Nosso trabalho está dividido em quatro seções, quais sejam: o primeiro capítulo trata das Academias a Céu Aberto, descrevendo o projeto e as características do espaço; o segundo aborda o capital social; no terceiro expomos a metodologia de pesquisa e os dados obtidos; por fim, no quarto capítulo apresentamos nossas considerações finais a respeito da pesquisa e dos resultados obtidos.

CAPÍTULO I - AS ACADEMIAS A CÉU ABERTO

Neste capítulo apresentamos o projeto das Academias a Céu Aberto em três momentos. No primeiro descrevemos a legislação federal da saúde, destacando a evolução histórica dessa legislação, bem como os impactos em outros setores de políticas públicas. Expomos brevemente o desenvolvimento da participação social no Brasil, bem como o vanguardismo da área da saúde. Apresentamos o projeto Academias a Céu Aberto, apontando a forma de gestão do projeto, bem como sua relação com os demais setores de políticas públicas. Finalizamos o capítulo apresentando as considerações finais acerca das condições existentes nas Academias a Céu Aberto para o possível desenvolvimento do capital social.

1.1 – Legislação Federal da Saúde

A Constituição Federal de 1988, por meio da seção da saúde, normatizou os direitos do cidadão relacionados à saúde, bem como deu as diretrizes para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio do artigo 196 a saúde se tornou um direito de todos os cidadãos, acessível de forma universal, igualitária e gratuita. Da mesma forma, ela se tornou um dever do Estado, que deve cumpri-lo por meio de “políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos”, garantindo o cumprimento do “acesso universal e igualitário às ações e serviços” para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Não obstante, o artigo 198 trata das ações e serviços públicos de saúde inseridos em redes regionalizadas e hierarquizadas, que constituem um sistema único, orientado por algumas diretrizes, dentre as quais está a participação da comunidade. (BRASIL, CF1988, arts. 196 e 198).

A Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, regulamenta as questões pertinentes ao cumprimento das disposições dos artigos 196 a 200 da Constituição Federal de 1988. A lei apresenta, no artigo 3º, como fatores determinantes e condicionantes da saúde dos indivíduos e das comunidades: a alimentação, a moradia o saneamento, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais. Os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país, sendo – portanto - importante pensar políticas públicas que atuem sobre os fatores condicionantes da saúde, capazes de garantir às pessoas e à coletividade condições de bem estar físico, mental e social. (BRASIL, Lei nº 8.080/1990)

Em consonância às determinações constitucionais para regulamentação do SUS, das Conferências Nacionais de Saúde e do Plano Nacional de Saúde (2004-2007), em 2006, na Comissão Intergestores Tripartite foi criada a Política Nacional de Promoção da Saúde do SUS (PNaPS), normatizada pela portaria MS/GM nº 687, de 30/03/2006. A PNaPS trouxe algumas implicações positivas, tais como: ratificação do compromisso do Estado brasileiro com a ampliação e qualificação de ações na promoção da saúde nos serviços e na gestão do SUS; inserção do tema na agenda estratégica dos gestores do SUS e nas políticas nacionais subsequentes; e a ampliação das possibilidades das políticas públicas preexistentes. A política visa:

“Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e a serviços essenciais”.
(BRASIL, Portaria MS/GM nº 687, de 30/03/2006)

Em conformidade com as ações de promoção da saúde, foi criado o Programa Academia da Saúde (2011) do Sistema Único de Saúde, objetivando a promoção da saúde e a prevenção de doenças, por meio da prática de exercícios físicos acessíveis a toda a população – principalmente a da terceira idade. Tal programa foi inspirado nas iniciativas pioneiras de algumas cidades - Recife, Curitiba, Vitória, Aracaju e Belo Horizonte - que utilizaram espaços urbanos vazios (como: rotatórias, praças e canteiros) transformando-os em espaços de prática de atividades físicas. Materializando a intersetorialidade das ações que envolvem a saúde e outras políticas públicas, como as políticas urbanas. Adiante discorreremos mais sobre o projeto das Academias a Céu Aberto, desenvolvido na cidade de Belo Horizonte, que é nosso objeto de estudo.

No ano de 2013 iniciou-se a revisão da PNaPS, num processo desencadeado pelo Ministério da Saúde e Coordenado pela Secretaria de Vigilância da Saúde, por intermédio do comitê gestor da política e em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O processo se deu de forma democrática e participativa, à medida que envolveu gestores, trabalhadores, conselheiros, representantes de movimentos sociais e de instituições de ensino superior da saúde, além de representantes de instituições fora do setor de saúde, mas comprometidas com as ações de promoção da saúde no Brasil.

O Sistema Único de Saúde está alicerçado sobre o conceito ampliado de saúde, entendida não como ausência de doença, observando o referencial teórico da promoção da saúde; e os resultados de suas práticas desde a sua institucionalização. Sendo assim, a nova

versão da PNaPS é um reflexo do próprio SUS, apontando para a necessidade de articular a promoção da saúde através de outras áreas de políticas públicas, visando fortalecer-se e ampliar a participação social na área da saúde (e nas demais), uma vez que o setor Sanitário não pode responder sozinho pelos determinantes e condicionantes da saúde. Os objetivos da PNaPS são: promoção da equidade e melhoria das condições e dos modos de viver dos cidadãos e comunidades, afirmando o direito à saúde e à vida, através do diálogo com as reflexões dos diversos movimentos e grupos de interesse no âmbito da promoção da saúde. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2014)

É de responsabilidade do setor saúde dar visibilidade aos aspectos do processo saúde-adoecimento, evidenciando suas complexidades e multiplicidades, e articulando soluções intersetoriais para o pleno bem viver e a plena saúde física e mental da população. Isso é, ao entender que a saúde extrapola apenas os aspectos físicos e mentais do indivíduo, indo ao encontro das escolhas disponíveis a esse indivíduo (sejam de trabalho, moradia, alimentação, lazer, acesso à cidade, dentre outras) e das características da comunidade na qual ele se insere, deve-se operar de forma coordenada e conjunta, para estimular os demais setores de políticas públicas a considerar, no momento da elaboração de suas políticas específicas, os aspectos das condições de vulnerabilidade, os riscos e as potencialidades da saúde que afetam – ainda que de diferentes formas – a vida do indivíduo e da população. Dessa forma, a saúde perpassará todos os setores, fazendo parte – em diferentes aspectos – das agendas de políticas públicas. Seguindo a mesma lógica, as intervenções em saúde devem ser feitas baseadas em um pensamento amplo, extrapolando os limites das unidades básicas de atenção à saúde, estando acessível à população mesmo quando as ações não são facilmente visíveis. Ao exceder os limites das unidades básicas, a saúde incide diretamente sobre as condições de vida da população, fazendo com que tenha suas oportunidades de escolhas saudáveis ampliadas.

Igualmente importante, a participação ativa de todos os sujeitos na análise e elaboração de políticas dá robustez ao processo e faz com que sejam mais efetivas e tenham mais legitimidade. A elaboração participativa de políticas amplia a produção e disseminação de conhecimentos e práticas, neste caso, da saúde. Dessa forma, a PNaPS promoveu mudanças nos modos de organizar, planejar, realizar, analisar e avaliar o trabalho em saúde, por meio do seu processo de implementação nas várias esferas de gestão do SUS e na interação do setor sanitário com os demais setores de políticas públicas. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2014)

As propostas de mudanças no trabalho em saúde da PNaPS são orientadas pela Declaração de Adelaide (2010), que trata da saúde em todas as políticas. O documento enfatiza a necessidade de todos os setores incorporarem a saúde e o bem estar como componentes centrais no desenvolvimento de políticas públicas, facilitando alcançar os objetivos do governo. Para tanto, é necessário um novo contrato social firmado entre todos os setores de políticas públicas, para que se atinja os níveis esperados de desenvolvimento humano, sustentabilidade e equidade. Isso evidencia o fato das bases do bem-estar e da saúde estarem fora do setor saúde, envolvendo todos os aspectos da vida da população.

1.2. – A participação social nas políticas públicas

Grande parte da história política do Brasil, assim como da América Latina, foi marcada por governos autoritários, sendo que somente no fim da década de 1980 voltamos a ser um país democrático. A luta pelo fim da ditadura militar instaurada em 1964, nosso mais recente episódio autoritário, se deu por meio da resistência, articulação e organização da sociedade civil e seus movimentos sociais, culminando na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Durante os governos autoritários, além do fortalecimento das oposições nas arenas institucionais, representado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que funcionava como uma espécie de partido de oposição à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), crescia o associativismo na sociedade civil, que passava a definir pautas progressistas que orientavam a luta por direitos políticos, sociais e civis.

Quanto ao aspecto institucional, as eleições legislativas de 1974 foram decisivas para a retomada da democracia em 1988, uma vez que os candidatos pelo MDB sistematizaram desde a campanha eleitoral até a atuação no Congresso Nacional uma plataforma política pela volta do Estado Democrático de Direito e por uma nova concepção de desenvolvimento, baseada no reforço e na interdependência das instituições representativas e da garantia das liberdades individuais e civis. Paralelamente, o governo autoritário afrouxou alguns dos controles sobre reuniões públicas das associações voluntárias e passou a não interferir na escolha dos representantes sindicais, que antes eram indicados pelo Ministério do Trabalho, além da permissão das associações de classes e da reorganização dos movimentos sociais. Esse contexto marcado pelas lutas institucionais e sociais culminou na Assembleia Nacional Constituinte, que foi criada para redigir uma nova Constituição, que marcaria o retorno do Estado Democrático de Direito. Boa parte das matérias presentes na nova Constituição nasceu

da organização da sociedade civil, tendo a Carta Magna instituído como diretriz para as políticas públicas a participação e o controle social, organizados e regulamentados nas legislações posteriores.

A primeira experiência de participação social direta pós-Constituição foi o Orçamento Participativo, que teve início em Porto Alegre e se espalhou por mais de 170 cidades (Avritzer, 2006). Gradativamente novas formas democráticas de participação surgiram em decorrência da Lei Orgânica da Saúde, da Lei Orgânica da Assistência Social e da regulamentação do Estatuto da Cidade, que instituiu os chamados “Planos Diretores Municipais” (Avritzer, 2008). Para além do Orçamento Participativo, podemos citar como exemplo duas formas de participação e controle social, que são os conselhos e as conferências. Esses mecanismos estão presentes nos três níveis de governo e são compostos por representantes da sociedade civil organizada e do governo, sendo a paridade entre eles uma das regras instituídas (Souza e Saliba, 2003).

No caso das políticas setoriais, a experiência mais vigorosa e que apresentou rápida difusão nacional se deu no setor saúde. A Resolução nº333 de 04 de novembro de 2003 do Ministério da Saúde definiu as diretrizes para criação, reformulação e funcionamento dos conselhos de saúde em todos os níveis. Estabeleceu-se que os mesmos devem atuar na formulação e no controle das políticas de saúde, desde os aspectos orçamentários e financeiros à criação de estratégias de execução (BRASIL, 2003). A democratização e a descentralização – trazida pela elevação dos municípios ao status de ente federado – engendraram um potencial de transformação do cenário político, tanto no plano da sociedade quanto do estado. Esse potencial pode levar à ampliação dos mecanismos democráticos e da legitimidade das políticas públicas, como pode se tornar um instrumento que perpetua a desigualdade e a submissão das relações entre os grupos de interesse (Wendhausen e Caponi, 2002).¹

Em Belo Horizonte o Conselho Municipal de Saúde (CMS) foi criado em 1991, mediante a homologação da lei 5.903 de junho de 1991, posteriormente alterada pela lei 7.536 de 19 de junho de 1998. Através dessas legislações ficou definido que as decisões tomadas pelo CMS seriam consubstanciadas em resoluções e homologadas pelo Prefeito Municipal. Compete ao conselho a definição de estratégias de gestão e controle dos diversos aspectos da

¹ Cabe ressaltar que nosso objeto de estudo é a formação do capital social, necessário na dinâmica participativa, e não os efeitos positivos e perversos que os conselhos e conferências podem trazer para as relações entre os grupos de interesse.

política municipal de saúde, além de “estabelecer canais permanentes de interlocução com a sociedade”. As reuniões são mensais e nelas são abordados os temas determinados pela mesa em reunião prévia. Os conselheiros são eleitos para mandatos de dois anos, sendo permitida uma recondução pelo mesmo período (Belo Horizonte, Artigo 2º, inciso X, Lei Nº 7.536).

O CMS se ramifica em conselhos distritais e conselhos locais, para melhor execução do controle social e mapeamento das demandas particulares de cada área da cidade. Cada Unidade Básica de Saúde (UBS) tem vinculação com um Conselho Local de saúde, assim como cada uma das nove regionais tem um Conselho Distrital. Os Conselhos Locais sistematizam as demandas dos usuários das UBS em reuniões mensais e as levam ao Conselho Distrital, para que sejam aglutinadas e definidas as estratégias para aquele distrito. Posteriormente, os distritos se reúnem com o Conselho Municipal para exposição das demandas dos níveis locais e distritais, bem como para definição das metas e estratégias para as políticas de saúde do município como um todo. Ressaltamos que o controle social ocorre nas três instâncias e, por ser cada vez mais descentralizado e próximo ao cidadão, os níveis locais e distritais permitem o mapeamento das demandas próprias de cada comunidade, tornando a busca pela promoção da saúde mais assertiva, na medida em que permite identificar quais os condicionantes da saúde trabalhar em cada comunidade.

Cabe ao Conselho Municipal de Saúde a convocação das Conferências Municipais de Saúde, das quais saem propostas para políticas de saúde municipais e propostas para o Estado, uma vez que a próxima instância das Conferências é convocada pelo Estado. A descentralização do Conselho Municipal de Saúde, além de ter um potencial de fomento à participação desde o nível do bairro, permite que o poder público adote estratégias e decisões na política de saúde mais assertivas, evitando o emprego indevido de recursos públicos e ações que não contemplam a maioria da população usuária das políticas de saúde.

Em Belo Horizonte, o Programa Academia a Céu Aberto é de responsabilidade da Secretaria Municipal Adjunta de Lazer (SMAL), vinculada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL). Embora não apresente a mesma tradição em participação social das políticas de saúde, a SMEL também conta com o Conselho Gestor Participativo de Equipamentos de Esporte e Lazer, que trata de assuntos relativos à requalificação do espaço público urbano, através da implementação de programas de abrangência social para universalizar e democratizar o acesso ao esporte e lazer. As reuniões do conselho acontecem bimestralmente

e conta com a participação de outros setores, tais como segurança, educação e saúde. (Portal PBH)

As políticas públicas tem se tornado cada vez mais intersetoriais e participativas, como estratégias de fortalecimento da democracia e para constituição de políticas públicas que atendam à complexidade das demandas de cada localidade. As cidades se tornam cada vez mais complexas, pois abrigam contingentes de populações com demandas específicas e distintas umas das outras, cabendo ao poder público atender à todas elas, para promover uma cidade mais justa, inclusiva e democrática para todos. Dado à complexidade e multiplicidade de demandas, é necessário que a participação política cidadã se fortaleça, para que cada vez mais haja canais de interlocução com o Estado, através dos quais a população se faça ouvir.

1.3. – As Academias a Céu Aberto

O Programa Academia a Céu Aberto foi lançado em 2009 como uma iniciativa da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com objetivo de proporcionar a prática adequada e frequente de atividades físicas para pessoas de todas as idades, por intermédio de equipamentos de ginástica localizados em espaços públicos de fácil acesso da população. O projeto serviu de inspiração para o Programa Academia da Saúde (2011), do Ministério da Saúde. Enquanto o programa belorizontino utiliza espaços públicos como praças e canteiros para instalação de equipamentos de ginástica, o programa do Ministério da Saúde constrói polos dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados para promoção das práticas esportivas. Os polos das Academias da Saúde são compostos de três espaços, quais sejam: a) de Vivência, em local coberto e propicio para grande parte da programação do polo; b) multiuso, que é descoberto e livre, podendo ser utilizado para atividades físicas em grupos maiores que no espaço de vivência; e c) de equipamentos, que ficam ao lado do espaço multiuso, destinado à prática de atividades físicas em equipamentos instalados no local².

Nos dedicaremos apenas ao estudo das Academias a Céu Aberto, projeto da SEMEL que atualmente conta com 326 academias instaladas pela capital mineira, sendo que o objetivo é alcançar 492 academias instaladas, para que cada bairro tenha uma academia. Nos debruçaremos sobre esses espaços por serem mais próximos ao cidadão belorizontino que as Academias da Saúde, presentes em menor número na capital mineira, ademais as Academias a

² É obrigatória a instalação dos seguintes equipamentos nas Academias da Saúde: barra horizontal, barra paralela, bancos, prancha abdominal, barra marinheiro, espaldar e a barra horizontal de apoio. Alguns municípios aproveitam o espaço dos polos para instalar também os equipamentos típicos das Academias a Céu Aberto, apresentados em tabela nas próximas páginas.

Céu Aberto recebem ações de outros projetos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e de outras secretarias, ilustrando a intersetorialidade e multifuncionalidade desses espaços.

Os equipamentos se adaptam ao indivíduo e não causam lesões musculares, uma vez que os exercícios são feitos utilizando o peso corporal do usuário, para que este se alongue, crie resistência e fortaleça os músculos. Os equipamentos podem ser usados por qualquer pessoa, independente da idade, embora não sejam recomendados para menores de 12 anos.

Além dos benefícios para a saúde do usuário, as academias dão um novo sentido ao espaço público, que deixa de ser ocioso e passa a ter sentido para a população. As praças e canteiros que abrigam as academias deixam de ser um local de passagem e se transformam num local de permanência, sociabilidade e integração da comunidade. Como contribuição e para reforçar as multifuncionalidades desses espaços, vários projetos executados pela Secretaria Municipal Adjunta de Lazer, como Vida Ativa, Caminhar e BH Cidadania, utilizam as academias como ponto para suas atividades. (Portal PBH)

O projeto Academias a Céu Aberto, pioneiro em Minas Gerais e um dos primeiros no Brasil, serviu de inspiração para o Ministério da Saúde criar o Programa Academia da Saúde (2011) do Sistema Único de Saúde. A iniciativa chamou a atenção do Ministério por dar sentido aos espaços públicos, por promover a integração da comunidade e por estimular a prática de atividades físicas. Segundo Couto *et al.* (2015) as vivências nas Academias a Céu Aberto geram resultados para além dos benefícios físicos – como condicionamento físico, fortalecimento muscular, regulação do metabolismo e prevenção de doenças e agravos não transmissíveis³ – estendendo-se em outros determinantes sociais que desencadeiam resultados na manutenção da saúde como um todo, tanto do indivíduo como da comunidade, através da promoção de redes de sociabilidade, acesso à cultura, uso equilibrado do tempo, reconhecimento das políticas públicas, dentre outros.

Mediante a concepção da saúde como um resultado da produção social, o lazer torna-se uma medida de intervenção que, quando implementada como política pública, contribui para esse resultado, além de ser uma medida de prevenção ao adoecimento físico e psíquico de seus praticantes (Batista *et al.*, 2012). Tal compreensão está presente no discurso do Programa Academia a Céu Aberto, na medida em que visa à universalização do acesso ao esporte e ao

³ O termo Doenças e Agravos Não Transmissíveis designa um conjunto de agravos em que o processo causal não está baseado em mecanismos de transmissão de agentes etiológicos, como é o caso das doenças transmissíveis. Eg: Diabetes, Hipertensão, Hipo/Hipertireoidismo, et. (Secretaria Municipal de Saúde de Londrina)

lazer como indutores da promoção da saúde e da qualidade de vida no ambiente urbano. O projeto propicia o desenvolvimento de espaços sociais seguros, educativos e saudáveis ao passo que a discussão sobre saúde, lazer, ocupação do espaço urbano, qualidade de vida e sentimento de pertencimento perpassa as Academias à Céu Aberto (Couto *et al.*, 2005).

As academias são compostas por aparelhos que permitem trabalhar todos os grupos musculares, além de dois aparelhos específicos para cadeirantes. Na tabela 1 listamos quais são os equipamentos e suas finalidades.

Academia a Céu Aberto	
Equipamento	Finalidade
Simulador de cavalgada	Aumenta a mobilidade dos membros inferiores e desenvolve a coordenação motora.
Esqui	Aumenta a flexibilidade dos membros inferiores, quadris e membros superiores e melhora a função cardiorrespiratória.
Alongador	Alonga articulações dos membros superiores, cintura escapular, tronco e cintura pélvica.
Multi exercitador	Fortalece, alonga e aumenta a flexibilidade dos membros superiores e inferiores.
Rotação dupla diagonal e Rotação vertical (Uso exclusivo de cadeirante)	Fortalecem os membros superiores, melhora a flexibilidade das articulações dos ombros e aumenta a mobilidade das articulações dos ombros e dos cotovelos.
Simulador de remo	Fortalece a musculatura das costas e ombros.
Surf Duplo	Fortalece a musculatura das coxas e quadris, melhora a flexibilidade e a agilidade dos membros inferiores, quadris e região lombar.
Rotação vertical triplo	Fortalece os membros superiores e melhora a flexibilidade das articulações dos ombros.
Pressão de pernas tripla	Fortalece a musculatura das coxas e dos quadris.
Supino (Uso exclusivo de cadeirante)	Fortalece os grupos musculares dos peitorais e ombros e articulações dos ombros e braços.

Tabela 1. Academia a Céu Aberto. Elaborado com base na Cartilha da SMAL. Elaboração própria.

Devido ao grande número de academias presentes na cidade e à necessidade de manutenção dos equipamentos, para que estes estejam em perfeitas condições de uso para os usuários, a Prefeitura – representada pela SMEL – teve necessidade de angariar recursos na sociedade civil. Portanto, atualmente, a gestão das reformas e manutenção das Academias a Céu Aberto é feita de forma compartilhada, entre a Prefeitura Municipal e a Sociedade Civil. O Decreto Municipal nº 15.795, de 09 de dezembro de 2014 estabeleceu as normas e procedimentos para as parcerias de adoção do espaço. Podem se candidatar pessoas físicas e jurídicas, as quais poderão divulgar sua marca no espaço adotado.

Para controle do programa Adote uma Academia a Céu Aberta, foi instituída uma Comissão de Acompanhamento do Programa Adote uma Academia a Céu Aberto, composta por um representante das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, Adjunta de Lazer, de Desenvolvimento e de Serviços Urbanos, além de representante da Fundação de Parques Municipais e de cada uma das Secretarias de Administração Regional Municipal. O objetivo da Comissão é fiscalizar a execução das ações previstas no termo de cooperação firmado entre os adotantes e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, para avaliar os trabalhos desempenhados e propor melhorias no programa.

À época da homologação do edital de chamamento público nº 001/2015, existiam 300 academias ao ar livre para adoção. A empresa Gênesis Indústria e Comércio de Artigos Esportivos Eireli - ME, de Maringá – Paraná, foi a vencedora do edital e desde 15 de fevereiro de 2016 é a responsável pela manutenção das 300 academias colocadas como objeto do edital (DOM, 30/01/2016).

A possibilidade da sociedade civil se aproximar do Estado e cogerir serviços públicos é uma tendência que se manifesta em alguns setores de políticas públicas em que a sociedade civil (por meio das organizações do terceiro setor) tem tradição na prestação de serviços, como por exemplo, o tratamento e recuperação de dependentes químicos. Essa tradição advém do último período autoritário, no qual alguns serviços públicos, em especial os de saúde, eram providos pelas organizações do terceiro setor. Com a redemocratização, o Estado optou por firmar termos de parceria com organizações da sociedade civil que tem expertise no provimento desses serviços⁴.

⁴ Não entraremos no mérito das discussões sobre a cooptação do terceiro setor pelo Estado e as consequências advindas desse processo. Citamos a possibilidade de parceria apenas para elucidar o modelo de gestão proposto pelo Programa Adote uma Academia a Céu Aberto.

Essa tendência de cogestão foi ampliada para outros setores de políticas públicas, como é o caso da gestão do espaço urbano. Em Belo Horizonte, a Prefeitura Municipal tem firmado parcerias com empresas para a gestão de praças e canteiros da cidade, como é o caso do programa Adote uma Praça, que serviu de inspiração para o programa Adote uma Academia a Céu Aberto. A diferença entre eles é a possibilidade de uma pessoa física se tornar a responsável por uma academia, o que não acontece com a gestão das praças.

O programa Adote uma Academia a Céu Aberto abre a possibilidade do responsável pelo espaço se aproximar da comunidade local, identificando as características e demandas próprias dali. Quanto mais descentralizada e focalizada uma política se torna, mais chances de efetividade ela adquire, desde que aplicada de forma a respeitar e a tocar as necessidades da microrregião. Podemos identificar também uma nova interface entre poder público e usuários da academia, visto que o administrador da academia se tornará o elo entre os dois polos.

1.4. – Considerações Finais do Capítulo

As inovações institucionais trazidas pela Constituição Federal de 1988 alteraram o modo de se planejar, implementar, avaliar e fiscalizar as políticas e serviços públicos. A participação da sociedade civil nas arenas decisórias o avanço da intersectorialidade das ações nas políticas públicas sociais trouxeram um grande potencial de desenvolvimento para a coletividade. A complexidade das políticas públicas acompanha a complexidade das cidades e da vida da população. A sociedade civil, mais próxima do Estado, busca influenciar e auxiliar na identificação das demandas, características e soluções para uma determinada comunidade, direcionando as ações do poder público para que esta sejam cada vez mais assertivas e efetivas.

No caso do nosso objeto de estudo, as Academias a Céu Aberto, tanto a participação política quanto a intersectorialidade das políticas públicas estão presentes. As academias utilizam o lazer para promover a prática esportiva, que leva à melhoria da saúde, ao mesmo tempo em que promove a ocupação do espaço público, transformando-o em um local de permanência e não mais de circulação. Da mesma forma, esse espaço adquire um potencial de educação para a saúde e para a sociabilidade, à medida que melhora a segurança pública por ser um espaço público ocupado.

No próximo capítulo discutiremos o capital social como elemento necessário para a educação política e para a participação social nas políticas públicas. Investigaremos em que medida ele se forma no espaço público das Academias a Céu Aberto.

CAPÍTULO II - O CAPITAL SOCIAL

Neste capítulo apresentamos a abordagem relativa ao desenvolvimento do capital social, que será mobilizada na análise do nosso problema de pesquisa. Ele está organizado em três partes, sendo a primeira sobre a emergência da esfera pública, do espaço público e da racionalidade do discurso; a segunda sobre a participação política, a dimensão cognitiva e o capital social; e a terceira sobre as Academias a Céu Aberto e a possibilidade de desenvolvimento do capital social.

2.1. – *A esfera pública, o espaço público e o discurso*

O filósofo alemão Jürgen Habermas se dedicou a estudar as origens da esfera pública – desde a Grécia Antiga – e suas transformações ao longo dos séculos. Sob o entendimento de Habermas (1981) importam a racionalidade e o discurso na esfera pública. O autor analisa as transformações históricas ocorridas na esfera pública, bem como a resignificação dos conceitos de público e privado e das relações entre Estado, mercado e sociedade, norteadores do processo de elaboração das políticas públicas (Habermas, 1981 apud Oliveira e Fernandes, 2011).

Na Grécia Antiga, por esfera pública (*polis*), entende-se o espaço de convívio em que os cidadãos livres se encontravam para compartilhar vivências, discutir ideias e princípios, transformar a cultura e formar uma opinião coletiva. Essa esfera era apartada da esfera privada (*oikos*), mas para participar da *polis* era necessário ter autonomia na *oikos*, por esse motivo, eram considerados cidadãos apenas homens livres e que possuíssem bens, excluindo-se homens sem bens, mulheres, escravos e estrangeiros (*metecos*). Na vida pública, discutia-se o interesse comum, sem que esse fosse permeado pelos interesses privados, prevalecendo a participação política, a racionalidade, a argumentação e, por conseguinte, a deliberação (Oliveira e Fernandes, 2011).

Durante a Idade Média os conceitos de público e privado se juntaram na figura do senhor feudal, que detinha o poder sobre o privado – família e vassalos – e sobre o público, nas suas terras de domínio. Com a queda dos senhores feudais, surgiram os burgos e neles, a partir da troca de mercadorias e informação, nasceu o capitalismo e, com ele, a recentralização de poder nas mãos dos monarcas absolutistas.

A partir do trabalho de Hannah Arendt, Habermas (1984) analisa que o surgimento do capitalismo transformou a dinâmica social e a economia, uma vez que essa não era mais doméstica como na Grécia Antiga, mas sim comercial. Quanto ao processo social, a esfera privada estava agora subordinada à esfera pública. Para o autor, à medida que um sofisticado aparato estatal se desenvolvia, surgia uma nova camada social que ditou boa parte da história moderna – a burguesia⁵.

Nesse período alguns espaços, como os cafés, eram utilizados em reuniões abertas aos cidadãos, para discussão de ideias e formação de um interesse comum e de uma opinião comum, chamada de opinião pública. Ali emergia o discurso, racional, orientado pelas correntes teóricas da época, cujas ideias eram difundidas por meio de jornais e periódicos impressos. O desenvolvimento da imprensa foi fundamental para a racionalização do discurso, uma vez que os cidadãos que desejassem fazer valer suas opiniões apresentavam argumentos sólidos, pautados em fatos e em argumentos teóricos.

Apartada do aparelho estatal, os burgueses pressionavam o Estado para que este não interferisse nas questões privadas, visando o estabelecimento de um Estado Liberal de Direito. Durante esse período a esfera privada se dividia em dois contextos: o lar e o mercado. Entretanto o desenvolvimento do Capitalismo levou à substituição – gradativa – do livre mercado pelos oligopólios, o que aumentou as desigualdades sociais, provocando o Estado a intervir cada vez mais nas questões sociais e econômicas. Da mesma forma que transformou o mercado, assim como foi transformada pelo desenvolvimento dele, a burguesia passou a usar os bens públicos para satisfação dos interesses privados. Oliveira e Fernandes (2011) chamam atenção para este último fato, que traz consequências até hoje, na medida em que líderes políticos são julgados pelas suas competências e atributos pessoais, e não pelo seu desempenho político, ou seja, o carisma pessoal e a forma de administração privada parecem valer mais que as ações enquanto político, que deve zelar pelo bem comum.

Durante os séculos seguintes as esferas pública e privada continuaram a ser combinadas para atender aos interesses privados. A lógica do mercado permeou a lógica do público, criando uma perversa e perigosa relação de cooptação e manipulação do poder público, que muitas vezes opera para satisfazer os interesses de grandes corporações.

⁵ Essa camada deve ser entendida como um conjunto de sujeitos privados reunidos em público, mas que não detinham o poder público.

Em seus trabalhos mais recentes Habermas chamou atenção para os processos emancipatórios da sociedade civil, que visam quebrar a hegemonia econômica, legal e cultural, buscando melhor distribuição das riquezas e mais igualdade e oportunidades políticas para todos. Em nossos tempos, é possível identificar duas esferas apartadas, uma sistêmica – representada pelo Estado e pela economia – e a outra representada pela vida privada e seus aspectos associativos. A ligação entre essas duas esferas é feita pela sociedade civil, cada vez mais plural, organizada em esferas públicas também plurais, orientada pela racionalidade e pela busca de simetria de recursos – aqui entendidos como recursos de vocalização, de informação e não necessariamente financeiros e produtivos.

O aparato estatal obedece a uma lógica sistêmica e racional, na qual os cidadãos são consumidores de políticas, bens e serviços públicos (Habermas, 1989, apud Oliveira e Fernandes, 2011). Por esse motivo, a interlocução do cidadão com o Estado seria feita por meio do discurso racional em espaços e canais destinados a ouvir a população. As ouvidorias, os portais de comunicação via internet, os conselhos e conferências são alguns desses espaços de diálogo, nos quais supostamente os melhores argumentos (muitas vezes os que melhor convencem pela oratória que pelo conteúdo) se sobrepõem sobre os outros, tornando-se a decisão vigente.

Os espaços públicos contemporâneos de formação da opinião pública não são restritos aos cafés. As pessoas discutem sobre os problemas da comunidade com os vizinhos, com os amigos, familiares, com desconhecidos no transporte público, nas filas dos bancos e nas situações mais adversas da vida. Por isso, nos propomos a investigar se as Academias a Céu Aberto, enquanto espaço público destinado ao uso da comunidade, se configuram como um espaço público de formação da opinião pública sobre o interesse comum, como proposto por Habermas. Ainda que seja um espaço aberto à população, não regulamentado como palco para discussões acerca dos problemas e objetivos daquela comunidade, acreditamos que por ser de fácil acesso aos cidadãos, esses espaços favorecem o surgimento do senso de comunidade, de zelo pelo bem público, de busca pelo interesse coletivo, levando os indivíduos a se organizarem para demandar da administração pública os interesses comuns, apresentando discursos e opiniões formadas nesses espaços.

2.2. – A participação, a dimensão cognitiva e o capital social

As instituições participativas possuem potencial de inclusão política, à medida que são capazes de dar voz aos excluídos do debate político; de conscientizar o indivíduo acerca da

sua condição e a da comunidade a que pertence; além de permitir a formação de coalizões forjadas por discursos semelhantes, nos quais os atores se sentem representados, sem que – necessariamente - tenham se encontrado anteriormente. Ademais, a participação se consolida na interface das associações de caráter voluntário que permeiam a relação entre cidadãos e Estado, dado que as associações são capazes de ampliar as relações dos indivíduos para além dos laços primários, treinando as habilidades necessárias para a vida pública, orientando os interesses para o bem comum, desenvolvendo a confiança entre os indivíduos à medida que o grupo realiza tarefas que não seriam possíveis de se concretizarem individualmente (Tocqueville, 1977; Faria, 2010). Nesse sentido, a solidez da democracia depende das redes de sociabilidade desenvolvidas na sociedade, bem como da qualidade dos vínculos associativos geradores de virtudes cívicas (Tocqueville, 1977; Warrem, 2001 apud Faria, 2010).

A origem do que denominamos capital social repousa na incorporação de indivíduos em uma rede estável de relações sociais, capazes de produzir efeitos positivos pessoais e para a comunidade como um todo (Costa, 2013). A participação nas organizações da sociedade civil possui um potencial para a produção, desenvolvimento e melhorias do capital cultural, humano e econômico, bem como a apropriação de benefícios – simbólicos e materiais – que circulam na comunidade e entre os membros da rede (Bonamino; Alves; Franco e Cazelli, 2010).

Durante a década de 1990 o conceito de capital social ganhou espaço na ciência política através da obra de Robert Putnam, que o conceitua como “as redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos, aumentando o potencial dos investimentos financeiros e humanos” (Costa, 2013). Em seu trabalho “Making Democracy Work: Civic Traditions in modern Italy”, Putnam destaca a confiança como motor de uma nação e base do capital social, uma vez que pode ser entendida como a interdependência das pessoas de uma comunidade, numa relação organizada por normas de comportamentos esperados entre os membros. Para o autor, a confiança motiva o aproveitamento de oportunidades, já que o indivíduo sabe que pode confiar no suporte dado por sua rede, o que motivaria o desenvolvimento econômico e possibilitaria o desenvolvimento social, produzindo o que Putnam chama de virtudes cívicas (Putnam, 1990). O autor chama atenção para a estreita relação existente entre o capital social e as virtudes cívicas, uma vez que uma sociedade virtuosa pode não produzir efeitos positivos para a coletividade se seus indivíduos se organizam de forma isolada, já que as virtudes cívicas se

tornam mais poderosas quando inseridas numa sociedade dotada de redes de relações sociais mútuas (Putnam, 2000).

Ao analisar as diferenças existentes entre as regiões italianas, Putnam constatou que a Região Norte se encontrava mais desenvolvida que a Região Sul devido às redes de confiança e reciprocidade desenvolvidas na primeira e quase inexistentes na segunda. O estudo demonstrou a correlação existente entre a existência de capital social nas regiões mais cívicas da Itália e a presença de associações civis⁶. Foi constatado que os cidadãos das regiões consideradas mais cívicas⁷ se organizavam e participavam ativamente em associações autônomas dos mais diversos tipos (religiosas, de bairro, esportivas, de classe, de serviços sociais e etc), acompanhavam com afinco os assuntos cívicos mostrados pela imprensa local e, por fim, compareceram quase que em sua totalidade (90% da população) às urnas nos cinco principais referendos nacionais⁸ ocorridos entre 1974 e 1987. Enquanto os cidadãos das regiões menos cívicas, com destaque para Calábria, quase não se organizavam em associações cívicas, contavam com meios de comunicação local escassos, além das inexpressivas taxas de participação nos referendos nacionais no período citado, caracterizadas pelo voto clientelista.

O estudo de Putnam demonstrou que as associações geram efeitos internos sobre o indivíduo e externos sobre a sociedade, contribuindo para a eficácia, manutenção e desenvolvimento de governos democráticos. Sobre os indivíduos, as associações estimulam solidariedade, cooperação, senso de responsabilidade sobre empreendimentos coletivos, e o desenvolvimento do espírito público. Já sobre a sociedade, a exposição e agregação de interesses é intensificada por uma densa rede de associações secundárias. Nesse sentido, Putnam aponta para a complementariedade entre o aparato burocrático do Estado e as iniciativas coletivas provenientes do associativismo horizontal, justificado pelas relações de confiança interna nas associações, que levaria a intensificação do engajamento cívico. Em contrapartida, a regulamentação do espaço público levaria a reprodução e intensificação das iniciativas coletivas. As relações entre as esferas pública e privada, ao se tornarem

⁶ Putnam construiu um índice de comunidade cívica a fim de medir o grau de engajamento cívico nas diferentes regiões da Itália. As variáveis independentes utilizadas foram: o número de associações, o número de leitores de jornais e a participação dos cidadãos nos referendos nacionais realizados entre 1974 e 1987. Além delas, ele utilizou o voto preferencial entre as eleições de 1953 e 1979 para construir o índice de clientelismo, também utilizado como variável independente (Fernandes, 2002).

⁷ Putnam destaca a região da Emília-Romana.

⁸ Os referendos nacionais realizados entre os anos 1974 e 1987 foram sobre divórcio, financiamento público dos partidos, terrorismo e segurança pública, escala móvel dos salários e energia nuclear.

mutuamente recíprocas, elevariam o potencial transformador da comunidade, uma vez que o bem-estar geral da sociedade seria cada vez mais valorizado e perseguido (Abu-El-Haj, 1999).

Cabe salientar que nem todas as associações secundárias, providas de capital social interno, necessariamente contribuem para o civismo da coletividade, isto é, para o desenvolvimento do capital social numa dada sociedade, como é o exemplo da máfia. A máfia é organizada de forma associativa e oferece aos seus consumidores proteção contra a violência em troca de coberturas para violação das leis. A máfia, do ponto de vista interno, funciona como um *holding* familiar, munida de capital social, já que existem laços de confiança, reciprocidade e redes entre as famílias. Do ponto de vista externo, ela é uma organização que destrói as instituições públicas, por meio de corrupção, aliciamento e violência contra os cidadãos e servidores públicos, a fim de assegurar o oligopólio. Segundo Putnam (1996), a presença da máfia é notória em regiões menos cívicas da Itália, já que nelas prevalece o clientelismo, predominam relações verticais de autoridade e dependência, e quase inexistente a cooperação horizontal entre os indivíduos (Fernandes, 2002).

A fertilidade das redes e conexões existentes numa sociedade eleva as chances de gerar externalidades positivas na democracia, aumentando a eficácia das instituições que compõem o aparato estatal. A presença de redes na sociedade possibilita que o cidadão utilize esses recursos para construir relações que beneficiem outros cidadãos. Segundo Lüchmann (2014), são esses mecanismos (quais sejam: as redes e conexões sociais) juntamente com as normas de solidariedade e de confiança que viabilizam o desenvolvimento de virtudes cívicas, levando à formação do senso de pertencimento à comunidade, sendo esses os baluartes da relação entre capital social, associativismo e democracia.

Não obstante, o dinamismo da sociedade civil induz o fortalecimento das instituições públicas, que retroalimentará a dinâmica da sociedade, à medida que constrói ambientes favoráveis para tal (Evans, 1996; 2003 apud Faria 2010). Redes de engajamento cívico podem ser formadas a partir da ação estatal - por meio das agências públicas - com potencial desenvolvimentista, uma vez que os cidadãos engajados serão capazes de informar e orientar as agências e projetos públicos (Faria, 2010). Baseado nesses princípios, tanto Putnam (1996) como Evans (1996; 2002) argumentam que o capital social e o ambiente institucional podem ter um papel de relevância na indução de mudanças sociais. Evans apresenta o conceito de *sinergia Estado-sociedade* para descrever as relações entre governos e cidadãos engajados que mutuamente se reforçam, possuindo potencial para fortalecer suas capacidades para

promover o desenvolvimento⁹. Enquanto as instituições estatais, se efetivas, podem gerar um ambiente propício ao engajamento cívico, por meio da criação de normas de confiança e redes para engajamento cívico para os cidadãos comuns. Estes, em contrapartida, poderiam ser fonte de informação para as agências públicas e de assistência de base para a implementação de projetos (Castellano, 2010).

A sinergia Estado-Sociedade pode se dar baseada numa relação de complementariedade ou de “encaixe” (“embeddness”). A primeira baseia-se na divisão de tarefas entre Estado e sociedade, na qual o poder público oferece uma quantidade determinada de bens e serviços públicos de forma a complementar os bens e serviços que são providos de forma mais eficiente pelos atores privados, objetivando alcançar um resultado máximo, que cada um dos atores não alcançaria sozinho (Evans, 1996; Ostrom, 1996). Já a segunda relação é baseada em laços de confiança que unem cidadãos engajados civicamente e funcionários públicos, aumentando o relacionamento entre as esferas pública e privada, reduzindo a fronteira existente entre elas, aproveitando as já existentes – ou mesmo criando – redes produtivas de bens e serviços (Evans, 1996). Na próxima seção trataremos da aplicação do equipamento público – as Academias a Céu Aberto - para indução de relações de confiança, que levam ao desenvolvimento do capital social.

2.3. – As Academias a Céu Aberto e o Engajamento Cívico

Buscando induzir a sinergia Estado-sociedade, o poder público pode utilizar de equipamentos, bens e serviços públicos existentes ou criar novos dispositivos para promover o acesso das comunidades a esses bens e serviços, elevando as possibilidades de cooperação entre a sociedade e o governo para maximização do bem estar coletivo. Nosso objeto de estudo, as Academias a Céu Aberto, além de serem um bem público, são palco de ações de outros projetos da administração municipal, como é o caso do projeto Caminhar, que leva agentes de saúde e profissionais do esporte para as praças a fim de levar a população a utilizar os diversos serviços e bens públicos para promoção da saúde, além de abrir canais de comunicação entre a sociedade e o poder público, levando a parcerias para outros projetos públicos.

Ao desenvolver ações, bens e serviços que visam desenvolver uma comunidade, o poder público cria a possibilidade do engajamento cívico dos cidadãos, à medida que estimula a

⁹ O desenvolvimento pode ser de várias ordens, como social, econômico, industrial e etc.

socialização no espaço público. Além disso, quando ações complementares são desenvolvidas e canais de participação democrática cumprem seu papel, abre-se caminho para o desenvolvimento de parcerias entre a sociedade civil, que passará a reunir o maior número de cidadãos possíveis interessados em uma demanda específica, e o Estado, para realização de políticas e projetos públicos, capazes de desenvolver aquela comunidade.

Segundo o estudo de Uslaner (1999) a prática de esportes coletivos concebe uma arena de interação entre os indivíduos e um local para debate sobre diversos assuntos, inclusive assuntos relacionados ao cotidiano da comunidade, às ações estatais e as possíveis demandas e soluções particulares àquela comunidade. Logo, utilizar o tempo de lazer em atividades coletivas gera um efeito positivo na participação nos diferentes tipos de ação coletiva maior que os produzidos pelo lazer individualizado. Da mesma forma que a prática de esporte coletivos, a interação com amigos, familiares e vizinhos incentiva a participação em propostas voltadas para a coletividade (Mcadam, 1988; Opp & Gern, 1993; Gould, 1995 apud Rennó, 2003).

Sob esse prisma, desenvolveremos e exploraremos no próximo capítulo, nossa hipótese acerca do desenvolvimento do capital social – e conseqüentemente favorecimento ao desenvolvimento das virtudes cívicas - nas Academias ao Ar Livre. As academias são um espaço destinado ao uso de todos os indivíduos da comunidade, se tornando um local de socialização dos indivíduos e que possibilita a convivência em atividades de interesse comum, podendo levar ao desenvolvimento da confiança entre os usuários e ao engajamento nas associações voluntárias para promoção da saúde. A estruturação de relações de confiança favoreceria a cooperação, o que nos levaria a crer que laços ali construídos possam não apenas se conter em finalidades restritamente ligadas à convivência em si, mas potencializariam o engajamento cívico nas suas diversas formas, ainda que o engajamento em associações da sociedade civil não se dê somente de forma linear e simples .

Somos levados a crer na formação do capital social nas Academias ao Ar Livre devido ao princípio orientador da Saúde, entendida como um processo composto por diversos aspectos da vida do indivíduo e da comunidade, entre eles a qualidade de vida e a noção de pertencimento à comunidade. Não obstante, cabe mencionar o incentivo à participação nas políticas públicas - no qual o setor Saúde foi pioneiro - assim como o incentivo à intersetorialidade das políticas públicas, também traço forte da área da saúde. As academias poderão dar uma importante contribuição na formação de redes de sociabilidade, uma vez que

além de proporcionar a interação da comunidade, são palco de ações de outras ações, como, por exemplo, o Projeto Caminhar que utiliza a estrutura das academias para ensinar exercícios físicos, educar a população quanto à importância da prevenção de doenças – muito presente nas Unidades Básicas de Saúde e foco do Programa do Governo Federal “Mais Médicos” – e quanto à prática de esportes como lazer, tão importante para alcançar à qualidade de vida desejada.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA, DADOS OBTIDOS E CONCLUSÃO

Neste capítulo retomaremos nossa pergunta de pesquisa, bem como apresentaremos as duas hipóteses norteadoras do estudo. Em seguida, apresentaremos nossos critérios metodológicos para a coleta de dados. Na penúltima seção do capítulo apresentaremos os dados obtidos em nossa coleta e finalizaremos a última seção apresentando nossas conclusões baseadas em inferências a partir dos dados obtidos.

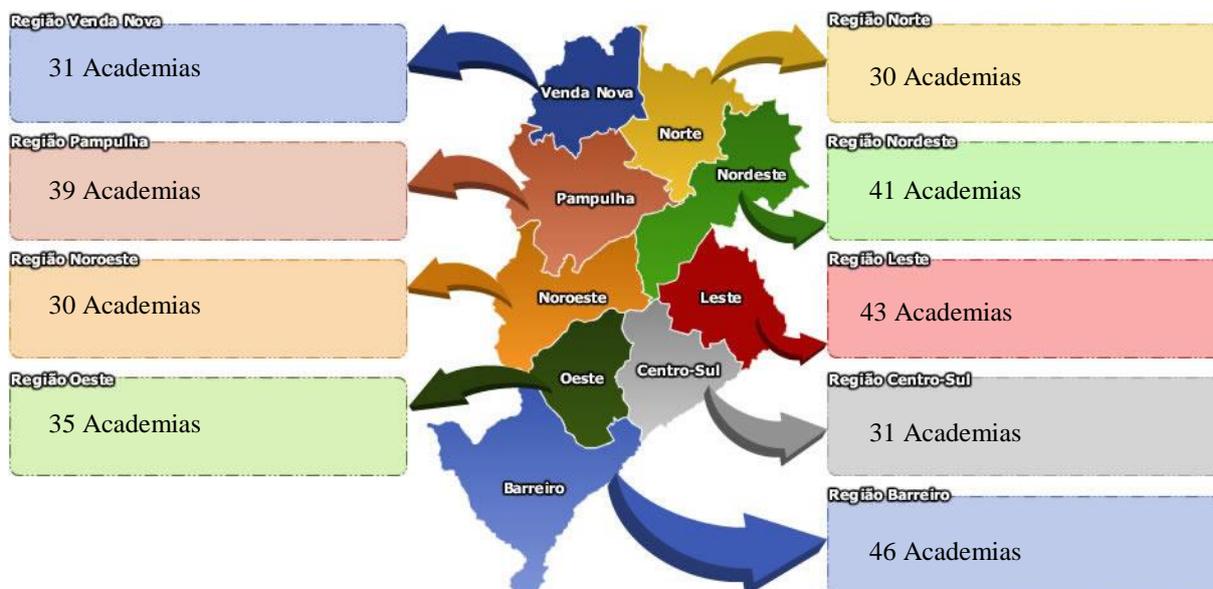
3.1. – Nossa pergunta de pesquisa e hipóteses norteadoras

Iniciaremos este capítulo retomando nossa pergunta de pesquisa, que é: as Academias a Céu Aberto propiciam o desenvolvimento do capital social de seus usuários? Partimos para a investigação de nossa pergunta orientados por duas hipóteses, quais sejam: a) as Academias a Céu Aberto investigadas propiciam o desenvolvimento do capital social a medida que possibilita a interação dos usuários, o que leva ao desenvolvimento da confiança interpessoal e ao desenvolvimento do senso de pertencimento à comunidade, fatores que culminariam na formação do capital social na comunidade; e b) apesar das Academias a Céu Aberto investigadas propiciarem o encontro dos cidadãos, estes não utilizam o espaço para socialização e, conseqüentemente, não desenvolvem redes de confiança e senso de pertencimento à comunidade, portanto a origem e o desenvolvimento do capital social, quando existente, nas comunidades investigadas não seria proveniente das Academias a Céu Aberto.

Nosso estudo é exploratório e aspira abrir caminho para futuras pesquisas acerca do desenvolvimento de capital social através de um equipamento urbano. Buscamos entender se as pessoas passaram a se interessar mais sobre os assuntos pertinentes ao bem estar da comunidade e a se engajar civicamente em redes de cooperação e associações voluntárias, a partir da frequência às Academias a Céu Aberto. Devido à inexistência de um banco de dados que contenha essas informações para análise, realizamos nossa própria coleta de dados, diretamente em duas Academias a Céu Aberto previamente selecionadas. A seguir, trataremos dos critérios metodológicos orientadores.

3.2. – Critérios metodológicos

Belo Horizonte dispõe de 326 Academias a Céu Aberto, distribuídas pelas nove regionais da capital. O mapa a seguir ilustra a distribuição das Academias pelas regionais.



Mapa 1. A distribuição das Academias a Céu Aberto nas Regiões de Belo Horizonte. Imagem: Google Imagens. Edição própria conforme dados da PBH.

Por dispormos de recursos escassos, coletamos os dados em apenas duas Academias a Céu Aberto, uma localizada na Região Centro-Sul e outra na Região Leste de Belo Horizonte, que já foram palco de duas ou mais ações do Projeto Caminhar, no ano de 2015, e que tiveram o maior número de participantes nessas ações. Restringimos nossa coleta a apenas duas Academias a Céu Aberto, localizadas nas Regionais Centro-Sul e Leste, em função dos recursos disponíveis para deslocamento. Quanto ao número de participantes, adotamos esse critério baseado nas informações obtidas junto à gestão do Projeto Caminhar, que mapeia o número de presentes em cada ação a fim de acompanhar o resultado do projeto. A escolha das Academias a Céu Aberto com o maior número de participantes das ações do Projeto Caminhar baseia-se na possibilidade de coletar o maior número de dados possíveis. Na tabela 2 apresentamos as academias que se enquadraram nesses critérios.

REGIONAL	ID	IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL OU EVENTO	DATA	QTDE. USUÁRIOS
Centro-Sul	48	Parque Municipal Américo Renné Giannetti	04/02/2015	40
Centro-Sul	48	Parque Municipal Américo Renné Giannetti	03/07/2015	25
Leste	15	Pista de Cooper da Av. dos Andradas - 2	07/08/2015	93
Leste	15	Pista de Cooper da Av. dos Andradas - 2	19/01/2015	82

Tabela 2. Academias a Céu Aberto Selecionadas. Dados fornecidos pelo Programa Caminhar. Elaboração própria.

Coletamos as informações por meio de questionários, através dos quais mapeamos as características pessoais dos usuários (sexo, faixa etária, renda, grau de escolaridade); os cuidados com a saúde (frequência com que utiliza as Academias a Céu Aberto, critério utilizado para escolha da Academia a Céu Aberto, tempo que é usuário do projeto e a frequência com que vai à Unidade Básica de Saúde); engajamento cívico (alteração da

preocupação com os problemas da comunidade antes e depois de tornar-se usuário das Academias a Céu Aberto; participação em associações voluntárias, Organizações Não Governamentais ou da Sociedade Civil – de quais tipos e frequência com que participa – antes e depois de tornar-se usuário do projeto; informa-se sobre os temas que afetam a comunidade – com diferenciação de antes e depois de frequentar as Academias a Céu Aberto); e, por fim, se, após tornar-se usuário do programa, participou ao menos uma vez dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, bem como do Conselho Local de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde.

Aplicamos 41 questionários nos dois dias de coleta, sendo 24 na Academia a Céu Aberto do Parque Municipal e 17 na Academia a Céu Aberto da Pista de Cooper da Avenida dos Andradas. Antes da aplicação dos questionários, contabilizamos 30 pessoas na primeira academia e 23 na segunda. Nas tabelas e gráficos a seguir apresentamos os resultados obtidos para cada pergunta realizada, agrupados por sexo.

A tabela 3 apresenta os números referentes à distribuição de pessoas presentes nas Academias a Céu Aberto no momento da aplicação do questionário agrupadas por categorias de sexo e faixa etária.

Academia a Céu Aberto do Parque Municipal Américo Renné Giannetti			Academia a Céu Aberto da Pista de Cooper da Av. dos Andradas		
Data da Aplicação:	07/06/2016		Data da Aplicação:	08/06/2016	
Horário da Aplicação:	07:30 às 09:30		Horário da Aplicação:	07:30 às 09:00	
Pessoas presentes:	30		Pessoas presentes:	23	
Número de	Mulheres: 12	Homens: 18	Número de	Mulheres: 7	Homens: 16
Questionários Aplicados:	10	14	Questionários Aplicados:	5	12

Tabela 3. Questionários Aplicados. Elaboração própria.

3.3. – *Dados Obtidos*

O primeiro bloco do questionário mapeou as características pessoais dos usuários das Academias presentes no momento da aplicação da pesquisa. Os entrevistados foram perguntados sobre sexo, faixa etária, renda individual (em salários mínimos) e escolaridade (por grau concluído). Dentre os 41 respondentes, 15 se declararam mulheres e 26 se declararam homens, nos gráficos a seguir apresentamos o perfil dos respondentes agrupados de acordo com o sexo.

O gráfico 1 apresenta os dados obtidos para a faixa etária dos respondentes. Utilizamos as categorias de faixa etária utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

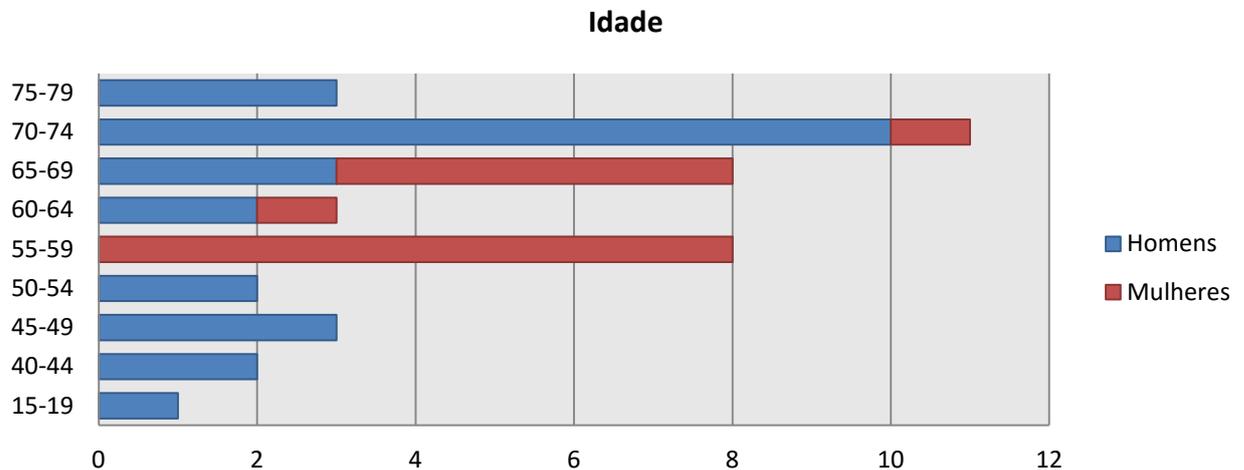


Gráfico 1: Faixa etária dos usuários por sexo. Elaboração própria.

Verificamos que a maioria dos respondentes está localizada entre 55 e 74 anos, sendo que as mulheres aparecem somente entre 55 e 74 anos, enquanto os homens aparecem em 8 faixas etária, que vão de 15-19 e 40 a 79 anos, com exceção da faixa 55-59 anos, composta apenas por mulheres.

A pergunta seguinte foi sobre a renda individual dos usuários das Academias a Céu Aberto selecionadas. O gráfico 2 demonstra os rendimentos em salários mínimos por sexo.

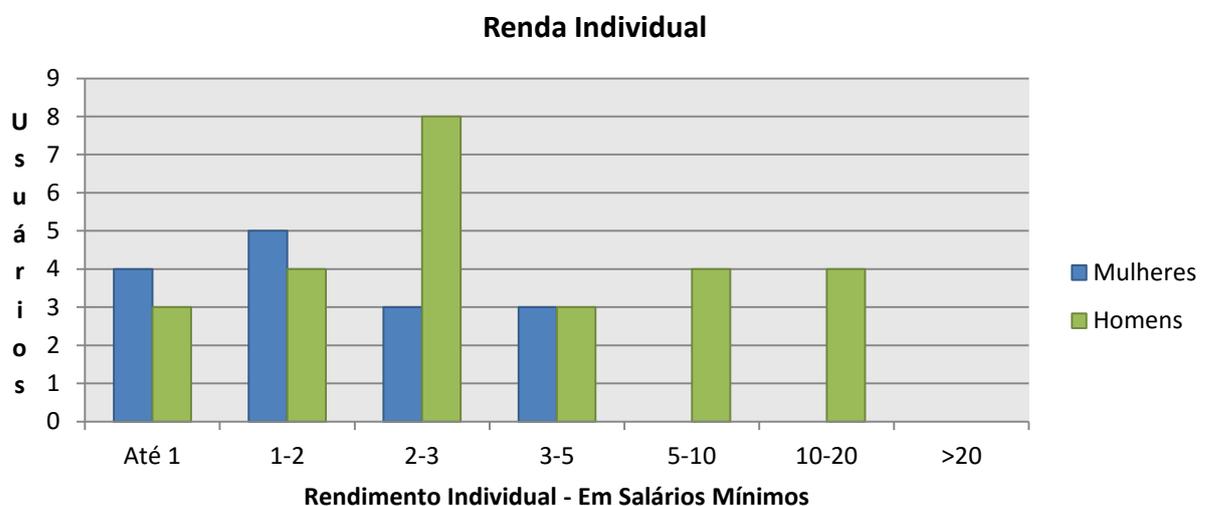


Gráfico 2: Renda Individual dos usuários por sexo. Elaboração própria.

Os resultados obtidos demonstram que somente indivíduos do sexo masculino alcançam rendimentos maiores que 5 salários mínimos. Dentre as mulheres, a maior concentração está entre 1 e 2 salários mínimos, seguido das que declararam receber até 1 salário mínimo e as que declararam receber de 2 a 5 salários mínimos. Já os homens, a maioria dos entrevistados declarou receber de 2 a 3 salários mínimos, seguido por 1 a 2, 5 a 20, até 1 e de 3 a 5 salários mínimos.

O próximo gráfico demonstra a escolaridade dos usuários das Academias a Céu Aberto. Utilizamos como medida da escolaridade o último grau cursado e apresentamos os resultados obtidos para cada sexo.

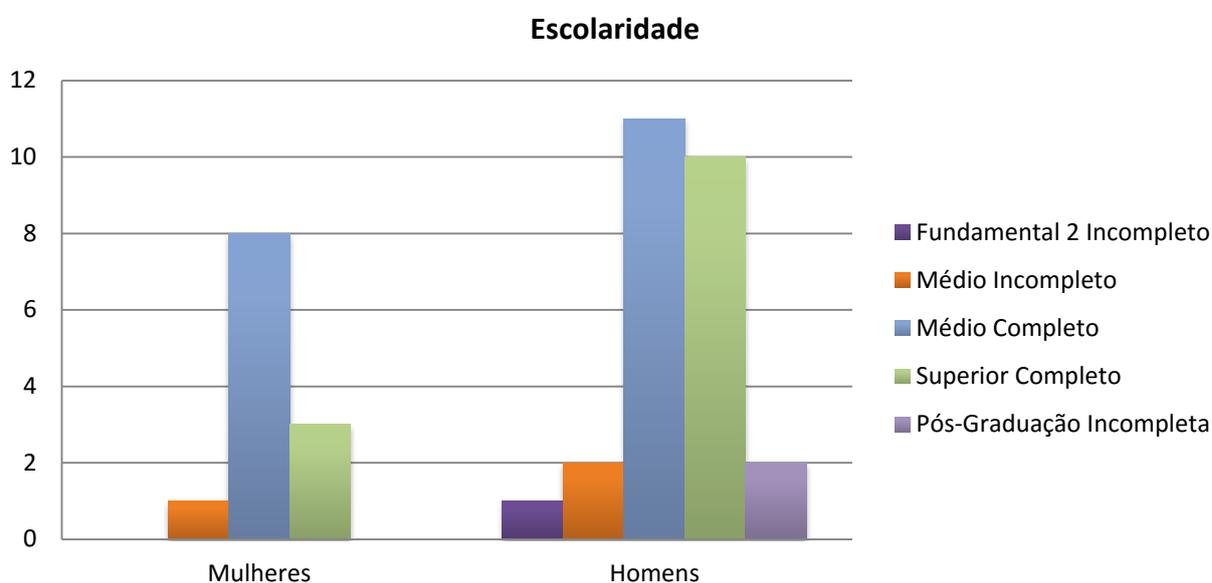


Gráfico 3: Escolaridade dos usuários por sexo. Elaboração própria

Verificamos que a maior parte dos usuários concluiu o ensino médio, sendo que para ambos os sexos essa foi a categoria de maior expressão. As mulheres entrevistadas declararam possuir o ensino médio incompleto, o ensino médio completo e o ensino superior completo, sendo que 53,3% concluíram o ensino médio, contra 20% que concluíram o ensino superior e 6,6% que não concluíram o ensino médio. Dentre os homens, 42,3% concluíram o ensino médio, contra 38,5% que concluíram o nível superior, seguido por 7,7% que concluíram a pós-graduação, 7,7% que não concluíram o ensino médio e 3,8% que não concluíram a segunda etapa do ensino fundamental.

O segundo bloco de perguntas faz referência aos cuidados com a saúde que os usuários das Academias a Céu Aberto adotam em suas rotinas. Novamente, apresentamos os

dados agregados por sexo, referentes ao número de dias dedicados à prática de atividades físicas nas Academias a Céu Aberto, o fator de escolha daquela Academia a Céu Aberto – se é próxima à residência, ao trabalho ou se é escolhida de forma aleatória, o número de anos de prática de exercícios físicos na Academia a Céu Aberto e o número de vezes ao ano em que vai à Unidade Básica de Saúde. A tabela 4 apresenta o número de dias da semana destinados para a prática de atividades físicas por sexo. Os gráficos 4 e 5 ilustram os locais escolhidos para a prática de exercícios físicos por cada sexo, enquanto a tabela 5 apresenta o tempo de prática por sexo. Por fim, os gráficos 6 e 7 apresentam o número de vezes no ano que os usuários de cada sexo vão à Unidade Básica de Saúde.

Frequência à Academia a Céu Aberto para Prática de Exercícios Físicos – Número de Dias na Semana	Sexo	
	Mulheres	Homens
1-2	0	3
3-4	11	11
5-6	3	9
7	1	3

Tabela 4. Frequência de prática de exercícios na semana por sexo. Elaboração própria.

A maioria dos entrevistados declarou utilizar a Academia a Céu Aberto de 3 a 4 dias na semana para realização de atividades físicas. As mulheres declaram frequentar a Academia a Céu Aberto de 3 a 4, 5 a 6 e 7 dias na semana, sendo que a maioria delas vai de 3 a 4 dias na semana. Dentre os homens, a maioria declarou utilizar as Academias a Céu Aberto para a prática de exercícios de 3 a 4 dias na semana, seguido por 5 a 6 dias, 1 a 2 e 7 dias.

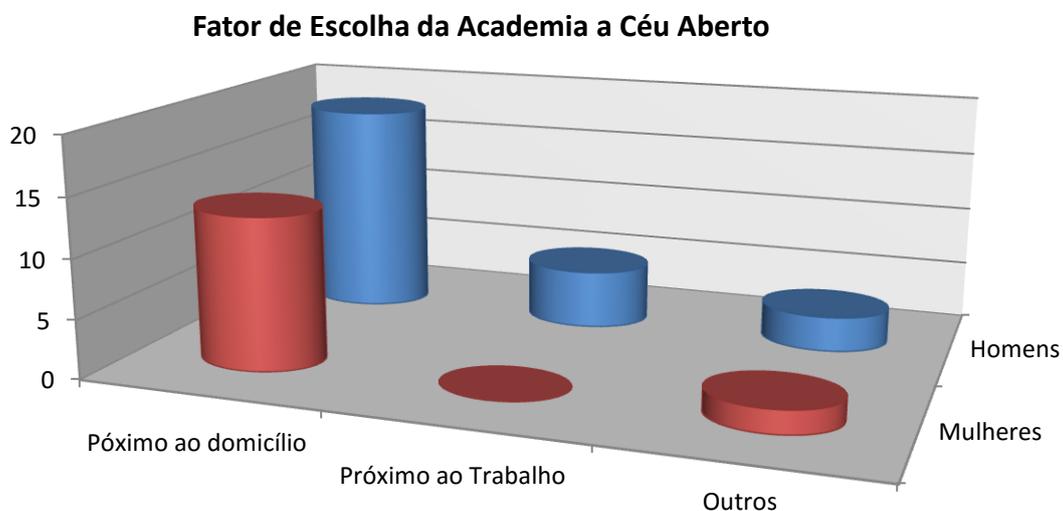


Gráfico 4: Fator de Escolha de determinada Academia a Céu Aberto por sexo. Elaboração própria

Quando indagados sobre a motivação para utilizar as Academias a Céu Aberto nas quais foram entrevistados, a maioria dos usuários declarou levar em conta a proximidade ao domicílio. A maioria dos homens declarou escolhe-las por estarem próximas ao domicílio, seguido pela proximidade ao trabalho e por outros fatores. Já as mulheres escolhem as Academias a Céu Aberto pela proximidade à residência e por outros fatores.

Tempo de Prática de Exercícios Físicos nas Academias a Céu Aberto – Em anos	Sexo	
	Mulheres	Homens
<1	1	3
1-2	5	8
2-5	7	9
5-7	2	6

Tabela 5. Tempo de prática de exercícios em anos por sexo. Elaboração própria.

Quando perguntados sobre o tempo de prática de exercícios físicos nas Academias a Céu Aberto a maioria dos usuários declarou utilizar as Academias a Céu Aberto de 2 a 5 anos. Entre as mulheres respondentes, a maioria declarou utilizar as Academias a Céu Aberto de 2 a 5 anos, seguido por 1 a 2, 5 a 7 e menos de 1 ano para a prática de exercícios físicos. O mesmo padrão foi verificado entre os respondentes que se declararam do sexo masculino.

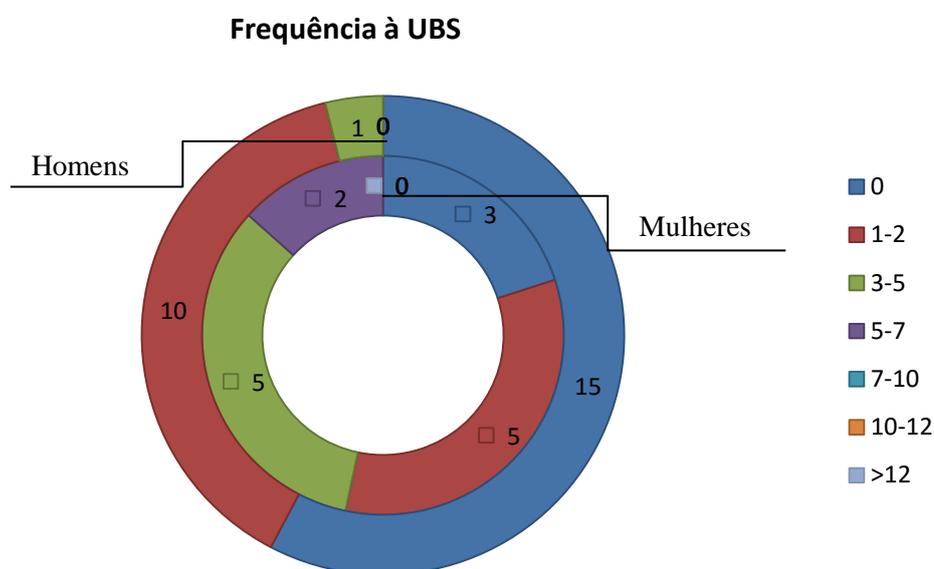


Gráfico 5: Frequência à Unidade Básica de Saúde em vezes ao ano, por sexo. Elaboração própria

A última pergunta do segundo bloco do questionário foi sobre a frequência dos usuários à Unidade Básica de Saúde – UBS. A maioria dos homens declarou não ir à UBS, seguido pelos que declararam ir de 1 a 2 vezes e de 3 a 5 vezes ao ano. Já entre as mulheres, a

maioria declarou ir à UBS de 1 a 2 e de 3 a 5 vezes ao ano, seguido por nenhuma vez ao ano e de 5 a 7 vezes ao ano.

O terceiro e último bloco de perguntas visa identificar a existência do capital social e o engajamento cívico dos usuários das Academias a Céu Aberto em que aplicamos os questionários. As questões objetivam identificar não apenas a existência e a extensão do capital social, mas se a origem dele repousa nas relações sociais construídas a partir das Academias a Céu Aberto. Apresentamos os resultados obtidos de forma agregada por sexo, dispostos nas tabelas e gráficos a seguir.

As duas primeiras perguntas mapeiam a percepção, e através da preocupação, dos usuários das Academias a Céu Aberto sobre a comunidade em que estão inseridos, antes e depois de se tornarem usuários do projeto.

Preocupação com a Comunidade Após se Tornar Usuário da Academia a Céu Aberto

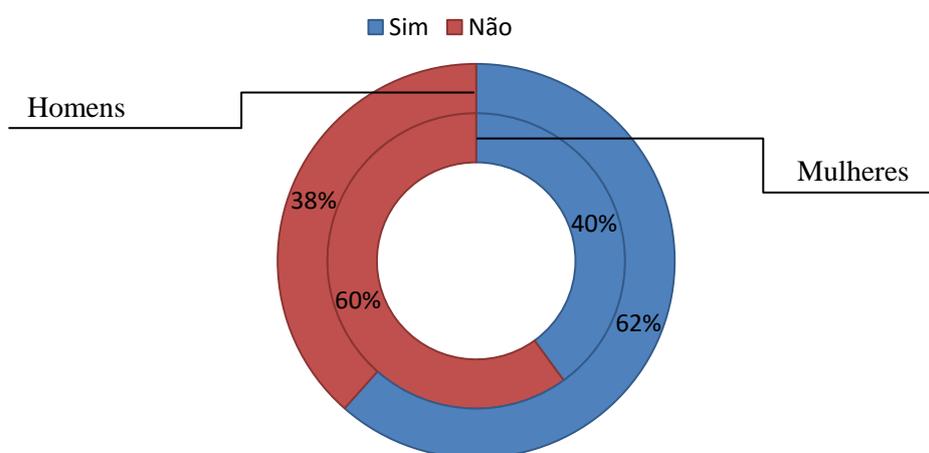


Gráfico 6: Preocupação com a comunidade após ser usuário da Academia a Céu Aberto, por sexo. Elaboração própria.

À pergunta “Após começar a utilizar as Academias a Céu Aberto sua preocupação quanto ao que acontece na sua comunidade aumentou?” 62% dos homens e 40% das mulheres entrevistados responderam “sim” contra 38% e 60%, respectivamente, que disseram não notar maior preocupação acerca da comunidade em que estão inseridos. Em seguida perguntamos se essa preocupação com a comunidade se manteve constante, antes e depois de tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto. A segunda pergunta visa verificar o padrão de respostas encontrado na questão anterior. Os resultados obtidos estão demonstrados no gráfico 7.

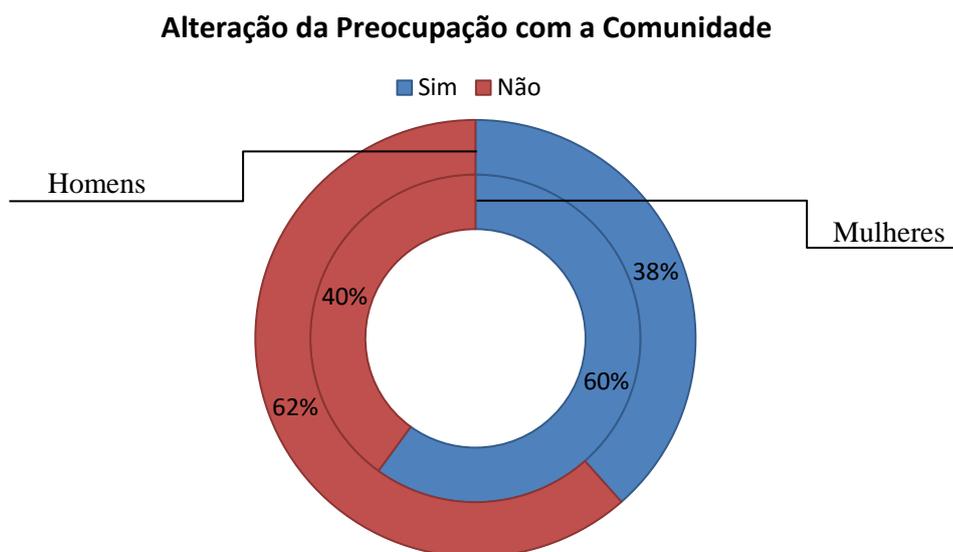


Gráfico 7: Alteração da preocupação com a comunidade, antes e após ser usuário da Academia a Céu Aberto, por sexo. Elaboração própria.

Verificamos que o padrão das respostas obtidas para a pergunta “Após começar a utilizar as Academias a Céu Aberto sua preocupação quanto ao que acontece na sua comunidade aumentou?” se confirmou nas respostas encontradas através da questão acerca da alteração da preocupação, antes e depois de tornar-se usuário do programa. À essa pergunta, 60% e 38% das mulheres e homens, respectivamente, disseram notar alteração na preocupação com a comunidade, contra 40% e 62%, respectivamente de mulheres e homens, que disseram não notar nenhuma alteração. Os resultados encontrados correspondem às porcentagens encontradas para a pergunta anterior.

Em sequência, perguntamos sobre a participação em associações voluntárias após tornar-se usuário do projeto. O gráfico 8 ilustra a participação de homens e mulheres, os gráficos 9 e 10 ilustram os tipos de associação voluntária que cada um dos sexos participa, enquanto a o gráfico 11 ilustra a frequência com que os usuários das Academias a Céu Aberto participam dos encontros e ações dessas associações. Todas as respostas obtidas correspondem ao período após tornar-se usuário do projeto Academias a Céu Aberto.

Engajamento em Associações Voluntárias Após se Tornar Usuário da Academia a Céu Aberto

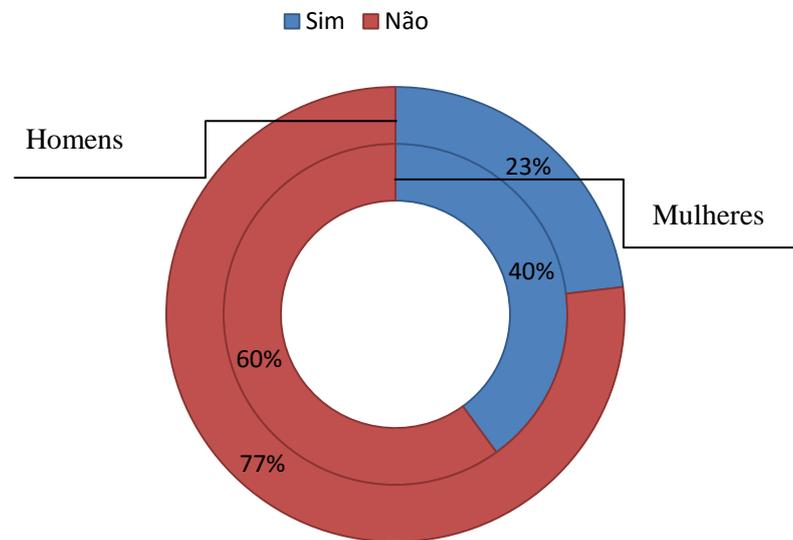
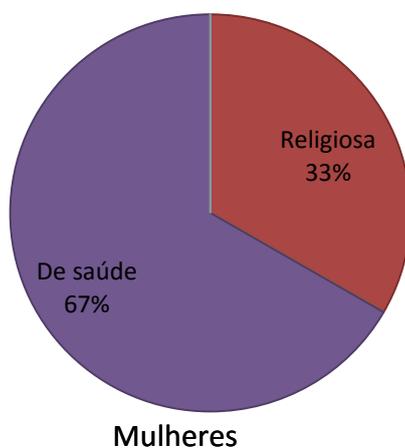


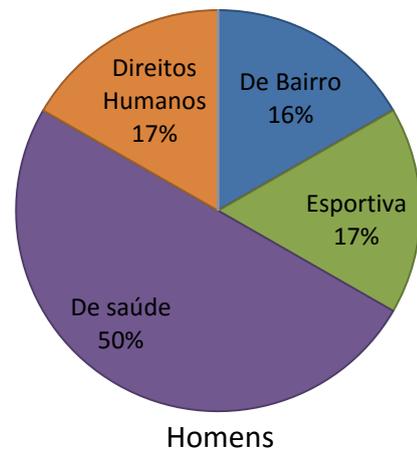
Gráfico 8: Engajamento em associações voluntárias após tornar-se usuário do projeto, por sexo. Elaboração própria.

Quando perguntados sobre fazer parte de associações voluntárias, organizações da sociedade civil e Organizações Não Governamentais após tornar-se usuário do Projeto Academia a Céu Aberto, 23% dos homens e 40% das mulheres entrevistados declararam fazer parte após tornar-se usuário das Academias a Céu Aberto, contra 77% e 60%, de homens e mulheres respectivamente, que disseram não começar a participar após ser usuário do projeto.

Tipos de Associação por Sexo



Tipos de Associação por Sexo



Gráficos 9 e 10: Tipos de associações voluntárias que participa após tornar-se usuário do projeto, por sexo. Elaboração própria.

Dentre os 40% de mulheres entrevistadas que declararam fazer parte de associações voluntárias após serem usuárias das Academias a Céu Aberto, 33% declarou ter começado a fazer parte de associações voluntárias de cunho religioso, contra 67% que disseram fazer parte de associações voluntárias pela saúde. Já entre os 23% de homens que declararam fazer parte de associações voluntárias após serem usuários das Academias a Céu Aberto, 17% declararam fazer parte de associações voluntárias pelos Direitos Humanos, da mesma forma que de associações voluntárias esportivas, 16% declararam fazer parte de associações de bairro e 50% deles declarou fazer parte de associações voluntárias pela saúde.

Frequência com que Participa

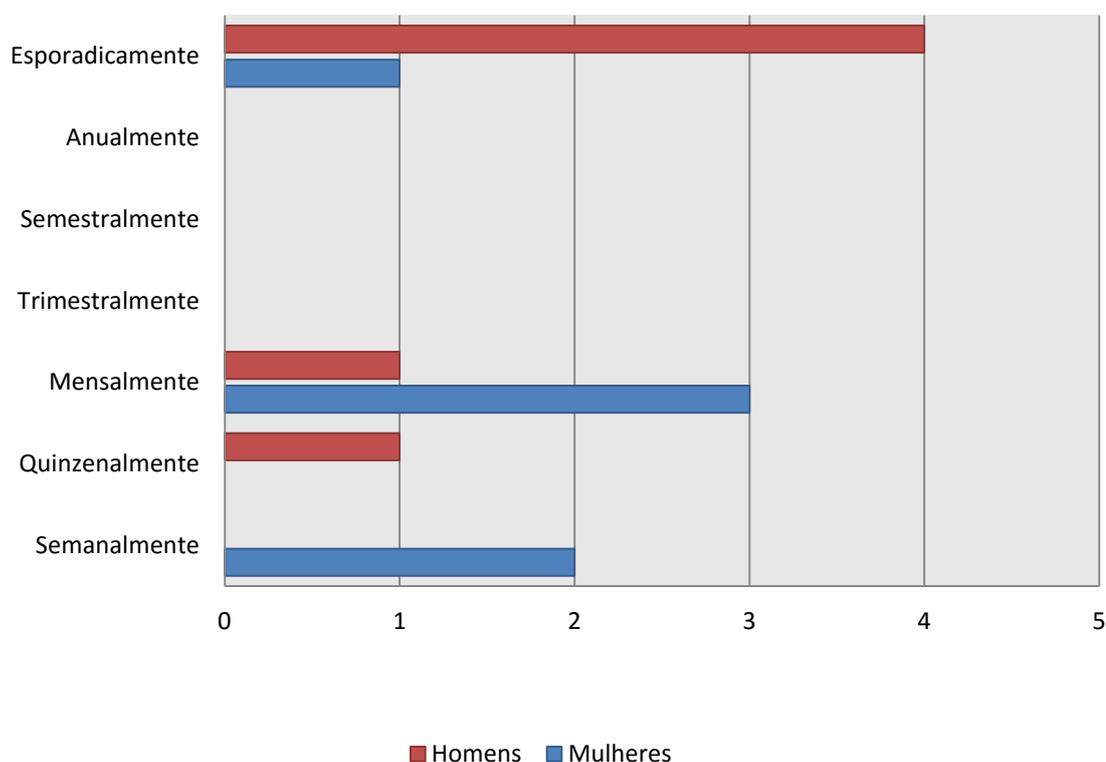


Gráfico 11: Frequência com que participa das associações voluntárias após tornar-se usuário do projeto, por sexo. Elaboração própria.

Em sequência às duas perguntas anteriores, questionamos aos usuários das Academias a Céu Aberto, que declararam ter começado a participar de associações voluntárias após tornar-se usuário do projeto, sobre a frequência com que participam das reuniões e ações das associações voluntárias em que são membros. A maioria das mulheres entrevistadas declarou participar mensalmente, seguido de semanalmente e, por fim,

esporadicamente. Já os homens entrevistados declararam, em sua maioria, participar esporadicamente, seguido de mensalmente e quinzenalmente.

Após a sequência de perguntas sobre o engajamento em associações voluntárias após tornar-se usuário das Academias a Céu Aberto, realizamos uma mesma sequência de perguntas, mas sobre o padrão de engajamento antes de tornar-se usuário do projeto. Os resultados estão demonstrados nos gráficos a seguir.

Participação em Associações Voluntárias Antes de Ser Usuário da Academia a Céu Aberto

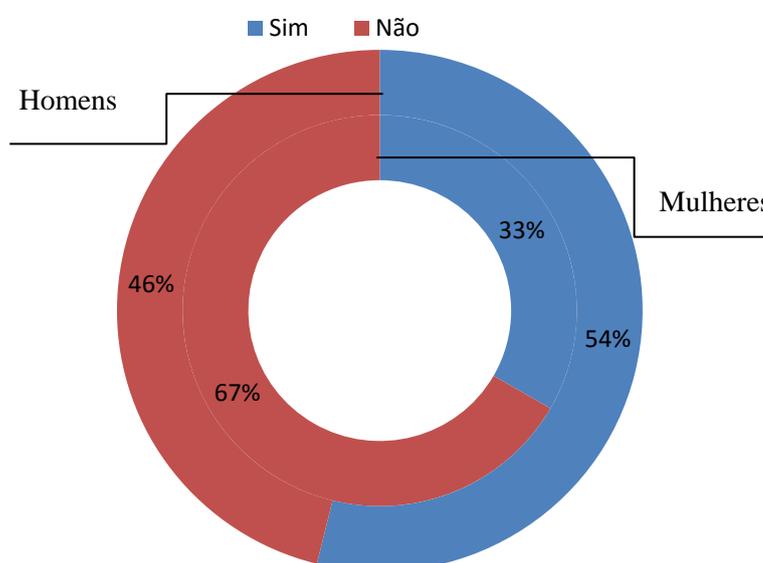
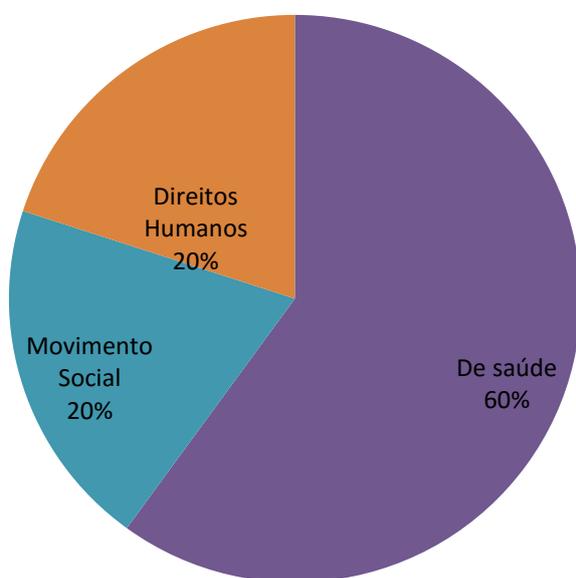


Gráfico 12: Engajamento em associações voluntárias antes de tornar-se usuário do projeto, por sexo. Elaboração própria.

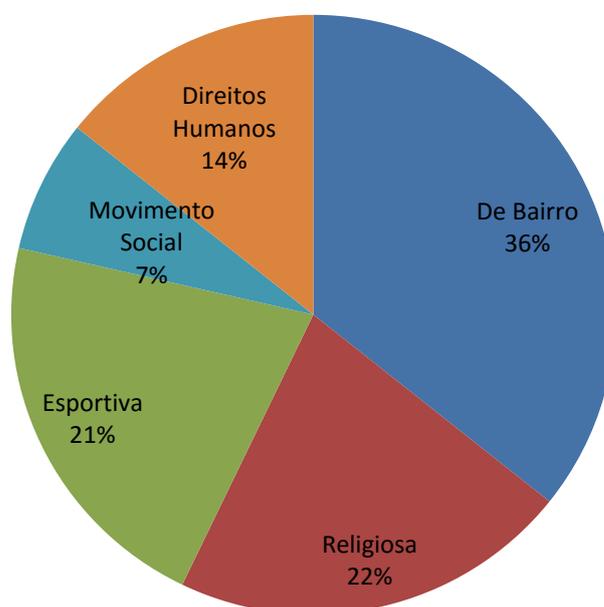
Perguntamos aos entrevistados “Antes de começar a utilizar as Academias a Céu Aberto você participava de alguma associação voluntária, de algum trabalho voluntário ou de alguma ONG?”. Dentre os homens, 54% disseram participar em associações voluntárias e organizações da sociedade civil antes de tornar-se usuário do projeto, contra 46% que declararam não fazer parte antes de tornar-se usuário do projeto. Já dentre as mulheres respondentes, 33% delas declararam fazer ou terem feito parte de associações voluntárias e organizações da sociedade civil antes de serem usuárias das Academias a Céu Aberto, enquanto 67% delas declarou não fazer ou terem feito parte de associações voluntárias e organizações da sociedade civil antes de serem usuárias das Academias a Céu Aberto.

Tipos de Associação por Sexo



Mulheres

Tipos de Associação por Sexo

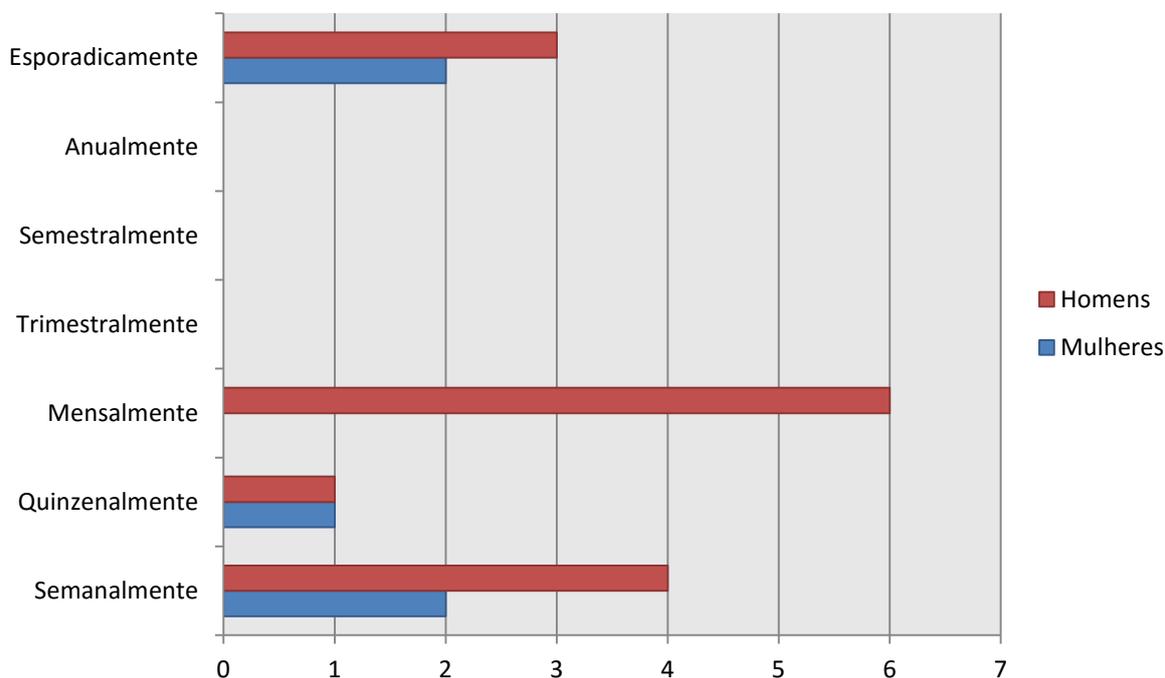


Homens

Gráficos 13 e 14: Tipos de associações voluntárias que participa antes de tornar-se usuário do projeto, por sexo. Elaboração própria.

Quanto aos tipos de associações voluntárias, 60% das mulheres, que disseram participar de associações voluntárias antes de serem usuárias das Academias a Céu Aberto, declararam fazer parte de associações voluntárias e organizações da sociedade civil pela saúde, contra 20% que declararam fazer parte de associações para os Direitos Humanos e 20% que disseram fazer parte de movimentos sociais. Entre os homens, que disseram participar de associações voluntárias antes de serem usuários das Academias a Céu Aberto, 36% disse participar de associações de bairro, enquanto 22% declarou fazer parte de associações voluntárias de cunho religioso, 21% de associações esportivas, 14% para os direitos humanos e 7% de movimentos sociais.

Frequência com que Participa

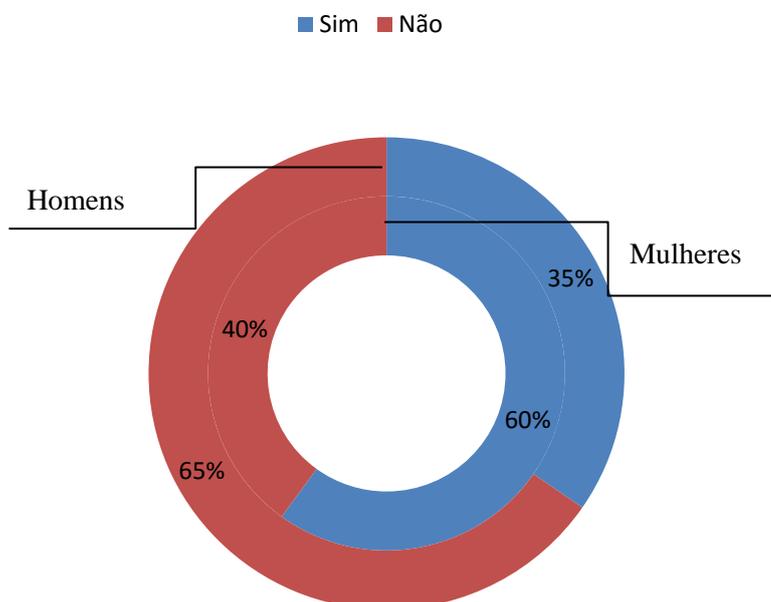


Gráficos 14: Frequência com que participa das associações voluntárias antes de tornar-se usuário do projeto, por sexo. Elaboração própria.

Ao perguntarmos sobre a frequência com que participam das reuniões e ações das associações voluntárias e organizações da sociedade civil das quais são membros, a maioria dos homens entrevistados respondeu participar mensalmente, seguido por semanalmente e esporadicamente. Já as mulheres entrevistadas declararam participar das reuniões e ações das associações voluntárias e organizações da sociedade civil das quais são membros semanalmente, esporadicamente e, por fim, quinzenalmente. Ressaltamos que as respostas referem-se ao período anterior à utilização das Academias a Céu Aberto.

Em seguida, perguntamos aos entrevistados sobre as alterações na busca de informações sobre a comunidade após tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto, bem como quais os meios de comunicação e circulação de informações que ele costumam usar para se informarem sobre o que acontece na comunidade. Os resultados estão dispostos nos gráficos a seguir.

Informam-se Mais Sobre a Comunidade Após Ser Usuário das Academias a Céu Aberto

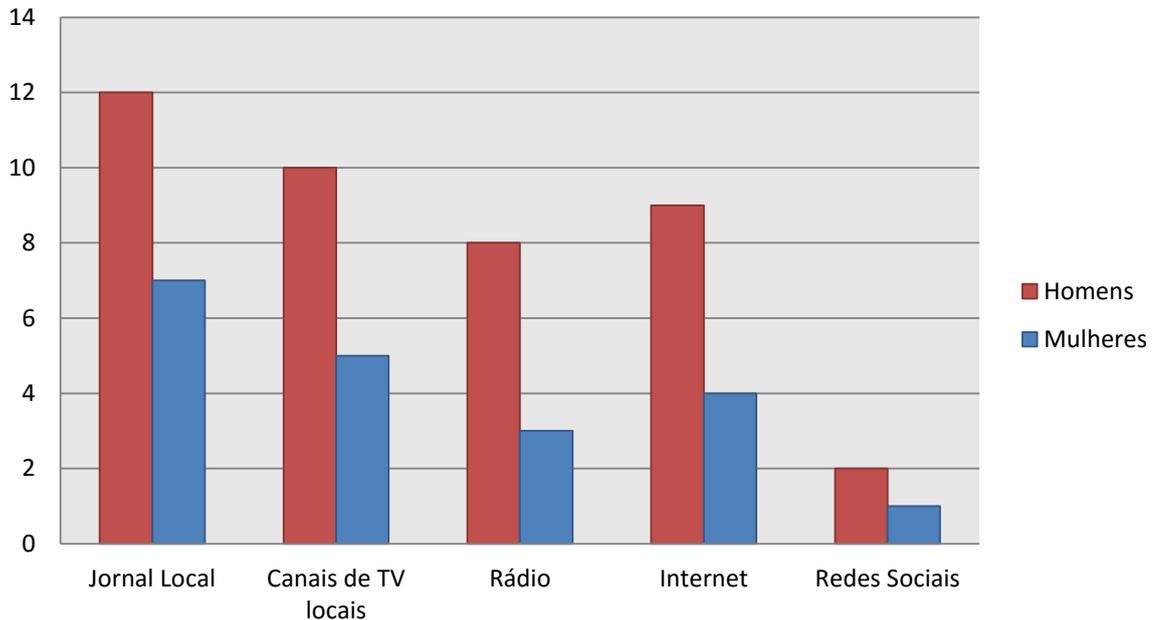


Gráficos 15: Alteração na busca de informações sobre a comunidade após tornar-se usuário do projeto, por sexo. Elaboração própria.

Questionamos aos entrevistados sobre a alteração do padrão de busca de informações sobre os temas relacionados à comunidade após tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto. Dentre as mulheres respondentes, 60% declarou informar-se mais sobre o que acontece na comunidade após tornar-se usuária do projeto, enquanto 40% delas declarou não ter alterado a intensidade com que se informa sobre os temas pertinentes à comunidade antes e depois de tornar-se usuária das Academias a Céu Aberto. Já entre os respondentes de sexo masculino, 35% deles disseram se informar mais sobre o que acontece na comunidade após tornarem-se usuários do projeto, contra 65% que declarou não ter alterado a intensidade com que se informa sobre os temas pertinentes à comunidade antes e depois de tornar-se usuário das Academias a Céu Aberto.

Em seguida, levantamos os meios de comunicação e informação mais utilizados pelos usuários das Academias a Céu Aberto entrevistados para se informarem sobre o que acontece na comunidade da qual fazem parte. Os resultados estão descritos no gráfico 17.

Meios de Comunicação Utilizados pelos Usuários das Academias a Céu Aberto



Gráficos 16: Meios de comunicação e informação utilizados para se informar sobre a comunidade, por sexo. Elaboração própria.

Os entrevistados listaram mais de um meio de comunicação e informação utilizado para se informar sobre o que acontece na comunidade. O meio de comunicação mais utilizado pelas mulheres e homens entrevistados são os jornais locais, seguidos pelos canais de televisão locais, sites da internet, rádio local e, por último, as redes sociais.

As seis últimas perguntas do questionário foram sobre a participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, Municipal de Saúde e Conselho Local de Saúde da capital mineira, antes e depois de tornarem-se usuários do Projeto Academias a Céu Aberto. Os resultados obtidos estão dispostos nas tabelas a seguir.

As duas primeiras questões foram sobre a participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas de Belo Horizonte antes e depois de começar a frequentar as Academias a Céu Aberto.

Participou ao menos uma vez dos Conselhos Municipais de Política Pública desde que começou a frequentar as Academias a Céu Aberto?	Sexo	
	Mulheres	Homens
Sim	1	0
Não	14	26

Tabela 6. Participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas após tornar-se usuário, por sexo. Elaboração própria.

Entre os usuários das Academias a Céu Aberto entrevistados, somente uma mulher declarou ter participado ao menos uma vez dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas desde que começou a utilizar as Academias a Céu Aberto.

Já Participava antes de começar a utilizar as Academias a Céu Aberto?	Sexo	
	Mulheres	Homens
Sim	0	0
Não	15	26

Tabela 7.Participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas antes de tornar-se usuário, por sexo. Elaboração própria.

Quando perguntados sobre a participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas antes de tornarem-se usuários do Projeto Academias a Céu Aberto, nenhum usuário entrevistado declarou ter participado.

A terceira e a quarta pergunta são referentes à participação nos Conselhos Locais de Saúde de Belo Horizonte, no período anterior e após tornar-se usuário das Academias a Céu Aberto. Novamente, apresentamos os resultados obtidos nas tabelas 8 e 9.

Participou ao menos uma vez do Conselho Local de Saúde desde que começou a utilizar as Academias a Céu Aberto?	Sexo	
	Mulheres	Homens
Sim	1	0
Não	14	26

Tabela 8.Participação nos Conselhos Locais de Saúde após tornar-se usuário, por sexo. Elaboração própria.

À pergunta “Você participou ao menos uma vez do Conselho Local de Saúde desde que começou a utilizar as Academias a Céu Aberto?” somente uma mulher declarou ter participado ao menos uma vez do Conselho Local de Saúde desde que se tornou usuária do projeto. Os demais entrevistados declaram não ter participado dos Conselhos Locais de Saúde após tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto.

Já Participava antes de começar a utilizar as Academias a Céu Aberto?	Sexo	
	Mulheres	Homens
Sim	0	0
Não	15	26

Tabela 9.Participação nos Conselhos Locais de Saúde antes de tornar-se usuário, por sexo. Elaboração própria.

Sobre a participação nos Conselhos Locais de Saúde antes de serem usuários das Academias a Céu Aberto, todos os entrevistados declaram nunca ter participado dos Conselhos Locais de Saúde antes de serem usuários do projeto.

As duas últimas perguntas do questionário referem-se à participação no Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, antes e depois de tornarem-se usuários do projeto Academias a Céu Aberto. As respostas obtidas estão sistematizadas nas tabelas 10 e 11.

Participou ao menos uma vez do Conselho Municipal de Saúde desde que começou a utilizar as Academias a Céu Aberto?	Sexo	
	Mulheres	Homens
Sim	1	0
Não	14	26

Tabela 10. Participação no Conselho Municipal de Saúde após tornar-se usuário, por sexo. Elaboração própria.

Perguntamos aos entrevistados se já haviam participado ao menos uma vez do Conselho Municipal de Saúde, desde que começaram a utilizar as Academias a Céu Aberto. Somente uma mulher declarou ter participado ao menos uma vez do Conselho Municipal de Saúde desde que se tornou usuária da Academia a Céu Aberto. Os demais usuários entrevistados declararam não ter participado do Conselho Municipal de Saúde após tornarem-se usuários do projeto.

Já Participava antes de começar a utilizar as Academias a Céu Aberto?	Sexo	
	Mulheres	Homens
Sim	0	0
Não	15	26

Tabela 11. Participação no Conselho Municipal de Saúde antes de tornar-se usuário, por sexo. Elaboração própria.

Quanto a participação no Conselho Municipal de Saúde no período anterior à tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto, todos os usuários entrevistados declararam não ter participado do Conselho Municipal de Saúde antes de serem usuários das Academias a Céu Aberto.

3.4. – Conclusão

Nosso estudo não tem como objetivo a generalização dos resultados, bem como não possuímos dados suficientes para uma conclusão generalizadora acerca da relação entre as Academias a Céu Aberto e a existência e desenvolvimento do capital social nas comunidades em que estão inseridas. Realizadas as devidas ressalvas, partiremos para a apresentação da conclusão do nosso estudo.

Observamos que nas Academias a Céu Aberto investigadas, quais sejam a do Parque Municipal Américo Renné Gianetti e da Pista de Cooper da Avenida dos Andradas, os usuários são, em sua maioria, adultos a partir dos 45 anos e idosos a partir dos 65 anos de idade. A maioria dos presentes e entrevistados nos dias de coleta de dados é do sexo masculino.

Quanto à renda dos usuários das Academias a Céu Aberto investigadas, a maioria dos usuários recebe de dois a três salários mínimos, sendo que somente os usuários do sexo masculino declararam receber mais de cinco salários mínimos. Sobre a escolaridade, a maioria dos entrevistados declarou ter concluído o ensino médio, sendo que mais homens declararam possuir o ensino superior, além de serem os únicos que declararam ter pós-graduação.

Ao observarmos as características acima, podemos inferir que os usuários das Academias a Céu Aberto investigadas são, em sua maioria homens, idosos, que concluíram o ensino médio e que recebem em média de 2 a 3 salários mínimos.

Quanto ao segundo bloco do questionário, qual seja sobre os cuidados com a saúde adotados pelos usuários das Academias a Céu Aberto investigadas, observamos que a maioria dos usuários, de ambos os sexos, utilizam os espaços do projeto para a prática de exercícios de 3 a 4 vezes na semana. Da mesma forma, a maioria dos usuários frequentam os locais investigados devido a proximidade ao domicílio de residência. A maioria dos entrevistados declarou ser usuário das Academias a Céu Aberto de 2 a 5 anos.

As respostas obtidas sobre a frequência à Unidade Básica de Saúde durante um ano demonstrou que as mulheres vão mais à UBS que os homens. A maioria das entrevistadas declarou frequentar a UBS de 1 a 2 e de 3 a 5 vezes ao ano, enquanto a maioria dos homens que declararam ir à UBS, disseram fazê-lo de 1 a 2 vezes ao ano.

Com base nos dados obtidos para o segundo bloco do questionário podemos inferir que nos locais investigados, a maioria dos usuários pratica atividades físicas na Academia a Céu Aberto de 3 a 4 vezes na semana, de 2 a 5 anos, escolhendo locais próximos à residência para a prática de exercícios físicos. Inferimos que as mulheres vão à Unidade Básica de Saúde mais vezes durante o ano que os homens, portanto, nos locais investigados, as mulheres recorrem mais à rede do Sistema Único de Saúde para cuidar da saúde que os homens.

O terceiro e último bloco do questionário investiga a relação existente entre as Academias a Céu Aberto investigadas e o engajamento cívico dos usuários antes e depois de tornarem-se usuários do programa.

A maioria dos homens entrevistados declarou se preocupar mais com a comunidade e o que nela acontece após começar a frequentar as Academias a Céu Aberto, enquanto a maioria das mulheres declarou não se preocupar de forma mais intensa após se tornarem usuárias do projeto. Da mesma forma, a maioria dos usuários declarou não ter começado a participar de associações voluntárias, organizações da sociedade civil, trabalhos voluntários e ONGs após tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto investigadas. Dentre a minoria que tornou-se mais engajada após começar a frequentar os locais do projeto, a maioria passou a frequentar associações para a saúde, sendo que a participação se dá, em sua maioria, de forma esporádica.

Quanto ao engajamento cívico em associações voluntárias, organizações da sociedade civil, trabalhos voluntários e ONGs antes de tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto investigadas, a maioria dos homens declarou fazer parte de pelo menos uma dessas antes de tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto, enquanto a maioria das mulheres declarou não fazer parte antes de tornarem-se usuárias do projeto. Dentre os que declararam participar, a maioria disse participar semanalmente e mensalmente das ações das associações voluntárias, organizações da sociedade civil, trabalhos voluntários e ONGs que participam ou participaram antes de serem usuários das Academias a Céu Aberto investigadas.

A respeito de informar-se sobre os temas pertinentes à comunidade em que estão inseridos, a maioria dos usuários declarou não se informar mais sobre a comunidade e o que nela acontece após tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto investigadas. Os entrevistados declararam, em sua maioria, que utilizam os jornais locais para se informar, seguido dos canais televisivos locais.

A última parte do terceiro bloco diz respeito à participação dos usuários das Academias a Céu Aberto investigadas nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, em especial os Conselhos Locais de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde, antes e depois de tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto. A maioria dos entrevistados declarou não ter participado dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, dos Conselhos Locais de

Saúde e do Conselho Municipal de Saúde, antes e depois de tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto, com exceção de uma entrevistada, que declarou ter participado tanto dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas quanto dos Conselhos Locais de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde após ter se tornado usuária da Academia a Céu Aberto.

Sobre o último bloco de questões, podemos inferir que a maioria dos usuários das Academias a Céu Aberto investigadas passou a se preocupar mais com o que acontece na comunidade da qual fazem parte, sem que a frequência à Academia a Céu Aberto tenha levado ao engajamento cívico dos usuários em associações voluntárias, organizações da sociedade civil, trabalhos voluntários e ONGs, o mesmo acontece com os Conselhos Municipais de Políticas Públicas, os Conselhos Locais de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde. Contudo, verificamos que uma parte expressiva dos usuários entrevistados já se engajava em associações voluntárias, organizações da sociedade civil, trabalhos voluntários e ONGs antes de tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto investigadas, o que não aconteceu com a participação nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, os Conselhos Locais de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde.

Os resultados obtidos através do último bloco do questionário refuta a nossa primeira hipótese, qual seja: as Academias a Céu Aberto investigadas propiciam o desenvolvimento do capital social à medida que possibilita a interação dos usuários, o que leva ao desenvolvimento da confiança interpessoal e ao desenvolvimento do senso de pertencimento à comunidade, fatores que culminariam na formação do capital social na comunidade. Dessa forma, nas Academias a Céu Aberto investigadas, confirmamos a segunda hipótese, qual seja: apesar das Academias a Céu Aberto investigadas propiciarem o encontro dos cidadãos, estes não utilizam o espaço para socialização e, conseqüentemente, não desenvolvem redes de confiança e senso de pertencimento à comunidade, portanto a origem e o desenvolvimento do capital social, quando existente, nas comunidades investigadas não seria proveniente das Academias a Céu Aberto.

No próximo capítulo trataremos das considerações finais acerca do estudo realizado.

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Academias a Céu Aberto são uma das iniciativas pioneiras da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no que diz respeito à promoção da saúde por meio da prática de exercícios físicos e o lazer. O projeto é consonante com as determinações da Constituição Federal de 1988, bem como com as determinações da Lei Orgânica da Saúde, da Política Nacional de Promoção à Saúde (2006) e dos tratados e manuais orientadores da saúde de ordem mundial. A iniciativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, juntamente com as experiências pioneiras de outros municípios brasileiros motivou o Ministério da Saúde a criar a política Academia da Saúde (2011).

O projeto da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte busca propiciar mais que condições para a realização de exercícios físicos, visa a integração e socialização dos usuários para que a partir do senso de pertencimento à comunidade, indivíduo e coletividade alcancem patamares cada vez mais altos de qualidade de vida e saúde.

O capital social encontra terreno fértil para se desenvolver à medida que os cidadãos criam redes de confiança e de engajamento oriundas da socialização dos indivíduos na comunidade. Nesse sentido, equipamentos urbanos que propiciem o encontro dos indivíduos e a socialização dos mesmos com a comunidade possuem potencial para geração e desenvolvimento do capital social na comunidade.

Identificamos proporções significativas de engajamento cívico em associações voluntárias e organizações da sociedade civil, tanto de homens quanto de mulheres. Não dispomos de evidências significativas de que o engajamento ocorra em função de tornar-se usuário do projeto Academia a Céu Aberto, por isso cremos que estudos futuros poderão lançar luz sobre a origem do engajamento cívico em associações voluntárias e organizações da sociedade civil.

Encontramos diferentes padrões para o engajamento cívico de homens e mulheres. Nas Academias a Céu Aberto investigadas, os homens passaram a se preocupar mais com o que acontece na comunidade, embora tenham se engajado menos em associações voluntárias e organizações da sociedade civil após tornarem-se usuários das Academias a Céu Aberto, enquanto as mulheres se declararam mais engajadas depois de serem usuárias do projeto. Investigações futuras que se debrucem sobre os padrões de engajamento cívico dos sexos

poderão confirmar ou refutar a padronização encontrada nas Academias a Céu Aberto investigadas

Sobre a participação cidadã e o engajamento em reuniões dos Conselhos Municipais de Políticas públicas dos usuários das Academias a Céu Aberto, não verificamos a existência da relação entre os fatores. Contudo, acreditamos serem promissores estudos futuros que investiguem a hipótese da participação e o engajamento nos Conselhos de Políticas Públicas, decorrerem de uma trajetória pessoal, bem como a origem dessa trajetória, que acreditamos repousar sobre a participação em associações voluntárias e organizações da sociedade civil, que podem ser formais ou informais.

Por fim, ainda que nosso estudo não confirme a geração e desenvolvimento de redes de engajamento cívico dos cidadãos usuários das Academias a Céu Aberto investigadas a partir da frequência dos indivíduos a estes espaços, acreditamos que padrões diferentes de engajamento cívico podem ser encontrados em outras regiões do município de Belo Horizonte. Nosso estudo não permite generalizações devido à escala com que os dados foram coletados, dessa forma, estudos futuros em maior escala podem demonstrar a relação das Academias a Céu Aberto do município e o crescimento do engajamento cívico da comunidade, bem como os padrões encontrados nas diferentes regiões de Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Maria Celina D'. CAPITAL SOCIAL. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

ARENDT, Hannah. A CONDIÇÃO HUMANA. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

AVRITZER, Leonardo. INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS E DESENHO INSTITUCIONAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO BRASIL DEMOCRÁTICO. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.43-64

BATISTA, J. C.; RIBEIRO, O. C. F.; Nunes J. (2012) LAZER E PROMOÇÃO DE SAÚDE: UMA APROXIMAÇÃO CONVENIENTE. Licere, Belo Horizonte, v.15, n.2, jun/.

BELO HORIZONTE, Cartilha Academia a Céu Aberto. Secretaria Municipal Adjunta de Lazer de Belo Horizonte. Disponível em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=esportes&lang=pt_br&pg=5760&tax=38229

BELO HORIZONTE, Lei Municipal nº 7.536, de 19 de junho de 1998. Disponível em:

<http://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237461/lei-7536-98>

BELO HORIZONTE, Decreto Nº 15.795, de 09 de Dezembro de 2014. Disponível em:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1133805>

BELO HORIZONTE, Resultado Final do Chamamento Público Nº 001/2015. Diário Oficial do Município – DOM - Sábado, 30 de Janeiro de 2016, Ano XXII - Edição N.: 4979, Caderno do Poder Executivo. Disponível em:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1157355>

BONAMINO, Alicia; ALVES, Fatima; FRANCO, Creso; CAZELLI, Sibeles. OS EFEITOS DAS DIFERENTES FORMAS DE CAPITAL NO DESEMPENHO ESCOLAR: UM ESTUDO A LUZ DE BOURDIEU E DE COLEMAN. Revista Brasileira de Educação. v. 15, n. 45, p. 487-594, set./dez. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília: CONASS, 2003. – disponível para download em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, último acesso em 20/01/2016.

BRASIL, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm, último acesso em 20/01/2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde : PNaPS : revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. – disponível para download em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_pnaps.pdf.

COSTA, André Galindo da. CAPITAL SOCIAL: DE ELEMENTO DA CULTURA CÍVICA À POLÍTICA DE GOVERNO. Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agenda e agentes. 23 a 25 de abril de 2013, UNESP, Araraquara (SP).

COUTO, Ana Cláudia Porfírio. SCOPEL, Allana Joyce Soares. ABADE, Natascha Stephanie Nunes. COUTO, Maurício de Azevedo. PROGRAMA ACADEMIAS A CÉU ABERTO: UMA RELAÇÃO DA GESTÃO E DO USO DESSE EQUIPAMENTO ESPORTIVO PELA COMUNIDADE DE BELO HORIZONTE, MG, BRASIL. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 20, Nº 209, Outubro de 2015. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>

EVANS, P. GOVERNMENT ACTION, SOCIAL CAPITAL AND DEVELOPMENT: REVIEWING THE EVIDENCE ON SYNERGY. World Development, Amsterdam v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.

FARIA, Claudia Feres. SILVA, Viviane Petinelli. LINS, Isabella Lourenço. CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM SISTEMA INTEGRADO DE PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO?. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, Edição nº.7, 2012.

FARIA, Cláudia Feres. ESTADO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CONSTRUINDO UMA SINERGIA POSITIVA? Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 187-204, jun. 2010.

FISCHER, Frank. REFRAMING PUBLIC POLICY: DISCUSIVE POLITICS AND DELIBERATIVE PRACTICES. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GOULD, R. INSURGENT IDENTITIES : CLASS, COMMUNITY AND PROTEST IN PARIS FROM 1848 TO THE COMMUNE. Chicago : University of Chicago Press, 1995.

HABERMAS, Jürgen. A CONSTELAÇÃO PÓS-NACIONAL. São Paulo: Littera, 2001.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A REPRESENTAÇÃO NO INTERIOR DAS EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO. Revista Lua Nova, São Paulo, Edição 70. Páginas 139-170, 2007.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O ASSOCIATIVISMO E SEUS EFEITOS DEMOCRÁTICOS. RBCS Vol. 29 n° 85 junho/2014

MANSBRIDGE, James et al. THE PLACE OF SELF-INTEREST AND THE ROLE OF POWER IN DELIBERATIVE DEMOCRACY. The Journal of Political Philosophy, v. 18, n. 1, p. 64-100, 2010.

MCADAM, D. MICROMOBILIZATION CONTEXTS. In : KLANDERMANS, K, KRIESI, J & TARROW, S. (eds.). From Structure to Action :Comparing Social Movement Research Across Cultures. International Social Movement Research I. s/1 : Jai Press. 1988

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nacional n° 333, 2003.

MONASTERIO, Leonardo. CAPITAL SOCIAL E ECONOMIA: ANTECEDENTES E PERSPECTIVAS. V Encontro de Economia Política em Fortaleza, jun. 2000.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de. FERNANDES, Adélia Barroso. ESPAÇO PÚBLICO, POLÍTICA E AÇÃO COMUNICATIVA A PARTIR DA CONCEPÇÃO HABERMASIANA. Revista Estudos Filosóficos nº 6 /2011 – Versão eletrônica – ISSN 2177-2967. Pág. 116-130. DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

OPP, K. & GERN, C. DISSIDENT GROUPS, PERSONAL NETWORKS AND SPONTANEOUS COOPERATION : THE EAST GERMAN REVOLUTION OF 1989. American Sociological Review, Madison, n. 58, n. 5, p. 659-680, 1993.

_____. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE: PARA UMA DEMOCRACIA DISTRIBUTIVA. In: SANTOS, B. de S. Democratizar a Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PATEMAN, Carole. PARTICIPAÇÃO E TEORIA DEMOCRÁTICA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PUTNAM, Robert. COMUNIDADE E DEMOCRACIA: A EXPERIÊNCIA DA ITÁLIA MODERNA. Rio de Janeiro, ed. FGV, 1998.

RENNÓ, Lúcio R. ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADE POLÍTICA E ENGAJAMENTO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE A AMÉRICA LATINA. Revista de Sociologia e Política, 21: 71-82, 2003.

SALIBA, N. et al. CONSELHOS DE SAÚDE: CONHECIMENTO SOBRE AS AÇÕES DE SAÚDE. Revista de Administração Pública — Rio de Janeiro 43(6):1369-1378, nov./dez. 2009

Sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=esportes&lang=pt_br&pg=5760&tax=38229

SOUZA, R. A. A.; SALIBA, O. A SAÚDE BUCAL EM PAUTA: ANÁLISE DE REGISTROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE MUNICÍPIOS PERTENCENTES A 17ª REGIONAL DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ, BRASIL. Caderno de Saúde Pública, v. 19, n. 5, p. 1381-1388, Rio de Janeiro, 2003.

TOCQUEVILLE, A. A DEMOCRACIA NA AMÉRICA. São Paulo: USP, 1997.

USLANER, E. M.. SOCIAL CAPITAL, TELEVISION, AND THE “MEAN WORLD”:
TRUST, OPTIMISM, AND CIVIC PARTICIPATION. *Political Psychology*, v. 19, n. 3, p.
441-468, Sept/1998.

WARREN, Mark. DEMOCRACY AND ASSOCIATION. Princeton, NJ, Princeton
University Press, 2001.

WENDHAUSEN, A.; CAPONI, S. O DIÁLOGO E A PARTICIPAÇÃO EM UM
CONSELHO DE SAÚDE EM SANTA CATARINA, BRASIL. *Caderno de Saúde Pública*, v.
18, n. 6, p. 1621- 1628, Rio de Janeiro, 2002.